

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

EDUARDO DONDONIS PEREIRA

**A INSERÇÃO REGIONAL ARGENTINA DURANTE OS GOVERNOS KIRCHNER: OS
MANDATOS DE NÉSTOR (2003-2007) E CRISTINA (2007-2011)**

Porto Alegre

2016

EDUARDO DONDONIS PEREIRA

**A INSERÇÃO REGIONAL ARGENTINA DURANTE OS GOVERNOS KIRCHNER: OS
MANDATOS DE NÉSTOR (2003-2007) E CRISTINA (2007-2011)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Eduardo Dondonis

A Inserção Regional Argentina durante os Governos
Kirchner: os mandatos de Néstor (2003-2007) e
Cristina (2007-2011) / Eduardo Dondonis Pereira. --
2016.

70 f.

Orientador: Luiz Augusto Estrella Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Política Externa Argentina. 2. Inserção Regional
Argentina. 3. Néstor Kirchner. 4. Cristina Kirchner.
5. Kirchnerismo. I. Faria, Luiz Augusto Estrella,
orient. II. Título.

EDUARDO DONDONIS PEREIRA

**A INSERÇÃO REGIONAL ARGENTINA DURANTE OS GOVERNOS KIRCHNER: OS
MANDATOS DE NÉSTOR (2003-2007) E CRISTINA (2007-2011)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 05 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão
UFRGS

Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à República Federativa do Brasil e à sociedade brasileira por me terem proporcionado um ensino superior de excelência internacional, de forma totalmente gratuita – o ensino público é um direito do povo brasileiro e obrigação do Estado para com seus cidadãos. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) enquanto instituição – me sinto muitíssimo honrado em fazer parte do corpo discente dessa universidade e levarei seu nome com orgulho durante toda a minha vida.

Agradeço a todos os professores e professoras com os quais tive o prazer de ter aulas durante os meus anos de estudo na Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS – um agradecimento especial ao meu professor orientador Luiz Faria, referência no estudo de América Latina em nossa faculdade. Além disso, também devo agradecimento aos demais educadores e educadoras pelos quais passei desde a pré-escola, ensino fundamental e ensino médio – o professor tem um papel essencial na construção de nossa sociedade e só tenho a agradecer a todos que hoje são parte constitutiva de minha formação.

Agradeço também à Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), que me permitiu cursar – por meio do Programa ESCALA Estudantil – um semestre de mobilidade acadêmica em Relações Internacionais na Universidade Nacional de Rosário (UNR), na Argentina. Essa experiência de vivência e estudo no país vizinho sem dúvida faz parte hoje de minha formação acadêmica e pessoal. Agradeço à Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais (FCPolit) da UNR, que muito bem me recebeu – professores com os quais estudei referencio agora neste trabalho.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas, os verdadeiros irmãos e irmãs que não tive. Aos amigos “de sempre”: Marlon Rambo, Priscila Ferreira, Yuri Santos, Maiara Bortolussi, Charleni Grandini, Daline Silva, Larissa Borges, Bruna Nunes, Bárbara Borba e Gisele Rabello. Aos amigos que fiz durante os anos em que estudei na UFRGS e que desejo levar para a vida inteira: Michelle Baptista, Diego Bortoli, Natália Maraschin, Luan Santos, Alexandra Oppermann, Daniel Santos, Isabel Gehres, Caroline Assis, Marcela Friedman, María José Ahumada, Larissa Zimnoch, Daniela Zapata, Tiago Baldasso. Aos amigos da Argentina: Livia Canepa, Neva Belén, Wagner Azevedo, Pedro Collares, Ana Carolina Florez, Alessia Pasetto, Rodrigo Soto Chiguai – aqui agradeço especialmente à minha amiga Elismara Francielle Santos, que muito me ajudou no projeto deste trabalho e cuja amizade me foi um presente da Argentina. Agradeço também aos e às demais colegas com quem estudei na UFRGS, que me são grande exemplo de dedicação e luta pelos ideais de igualdade, tolerância e justiça social.

Por fim, o maior agradecimento de todos vai para os meus pais – minha base, meu alicerce. Agradeço à minha mãe, Ana Maria Dondonis, por ter me ensinado meus valores e ter sempre me apoiado nos caminhos que escolhi seguir. Agradeço ao meu pai, José Juarez Pereira, por ser o meu exemplo na vida de fazer bem ao próximo sem esperar nada em troca e de lutar por meus objetivos. Gostaria de deixar-lhes aqui meu infinito agradecimento e dizer aos dois que os amo muito!

Muito obrigado a todos e todas que, de algum modo, me ajudaram durante minha vida acadêmica e mais especificamente na concretização deste trabalho.

“Queremos integrarnos al mundo de una manera inteligente y para ello debemos lograr evidentemente la suficiente sustentabilidad interna. Nuestra prioridad se ubica en la construcción de una América Latina estable, próspera y unida, con base en los ideales de democracia y justicia social, disminuyendo drásticamente las brechas entre ricos y pobres”.

Néstor Kirchner

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de descrever e analisar a inserção da Argentina na região sul-americana durante os governos kirchneristas – especificamente referindo-se aos mandatos presidenciais de Néstor Kirchner e o primeiro de Cristina Fernández de Kirchner. O propósito não está em se fazer um estudo comparado entre ambos, mas sim em avaliar as políticas adotadas no período, as quais se caracterizaram pela continuidade de um projeto comum do casal. Os governos Kirchner adotaram a América do Sul como arena prioritária de inserção, frente às dificuldades de projeção internacional após as crises econômicas e políticas do início do século XXI. As vontades domésticas influenciadas pelo peronismo de centro-esquerda kirchnerista, aliadas às conjunturas regionais e globais, resultaram em políticas argentinas que propunham principalmente o aprofundamento dos processos de integração regional sul-americanos, o fortalecimento da aliança estratégica com o Brasil, a tentativa de se diminuir assimetrias regionais e a busca por consolidar novas parcerias no subcontinente.

Palavras-chave: Política Externa Argentina, Inserção Regional Argentina, Néstor Kirchner, Cristina Kirchner, Kirchnerismo.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo describir y analizar la inserción de la Argentina en la región de América del Sur durante los gobiernos kirchneristas – refiriéndose específicamente a los mandatos presidenciales de Néstor Kirchner y el primero de Cristina Fernández de Kirchner. El propósito no es hacer un estudio comparativo entre los dos, sino evaluar las políticas adoptadas en el período, que se caracterizaron por la continuación de un proyecto común de la pareja. Los gobiernos Kirchner adoptaron América del Sur como arena de prioridad de inserción, frente a las dificultades de proyección internacional después de las crisis económicas y políticas de principios del siglo XXI. Las voluntades nacionales influidas por el peronismo de centro-izquierda kirchnerista, en combinación con las situaciones regionales y globales, resultaron en las políticas argentinas que proponían principalmente la profundización de los procesos de integración regional de América del Sur, el fortalecimiento de la alianza estratégica con Brasil, el intento de disminuir las asimetrías regionales y la consolidación de la búsqueda por nuevas asociaciones en el subcontinente

Palabras clave: Política Exterior Argentina, Inserción Regional Argentina, Néstor Kirchner, Cristina Kirchner, Kirchnerismo.

ABSTRACT

This paper aims to describe and analyze the insertion of Argentina in the South American region during the Kirchner governments – specifically referring to the presidential mandates of Néstor Kirchner and the first one of Cristina Fernández de Kirchner. The purpose is not to make a comparative study between both of them, but to evaluate the policies adopted in the period, which were characterized by the continuity of a common project of the couple. The Kirchner governments adopted South America as a priority insertion arena, facing the difficulties of an international projection after the economic and political crises of the beginning of the 21st century. The domestic wills influenced by Kirchner's center-left Peronism, combined with the regional and global conjunctures, resulted in Argentine policies that mainly proposed the deepening of South American regional integration processes, the strengthening of the strategic alliance with Brazil, the attempt to decrease regional asymmetries and the search to consolidate new partnerships in the subcontinent.

Keywords: Argentinian Foreign Policy, Argentinian Regional Insertion, Néstor Kirchner, Cristina Kirchner, Kirchnerism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA	– Agência Internacional de Energia Atômica
ALADI	– Associação Latino-Americana de Integração
AMIA	– Asociación Mutual Israelita Argentina
CAN	– Comunidade Andina de Nações
CASA	– Comunidade Sul-Americana de Nações
CDS	– Conselho de Defesa Sul-Americano
CEJIL	– Centro por la Justicia y el Derecho Internacional
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMC	– Conselho do Mercado Comum
CRPM	– Comissão de Representantes Permanentes do Mercado Comum do Sul
EUA	– Estados Unidos da América
FAEP	– Frente Agrupaciones Eva Perón
FARC	– Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FURN	– Federación Universitaria por la Revolución Nacional
FOCEM	– Fundo para a Convergência Estrutura do Mercado Comum do Sul
JP	– Juventud Peronista
JUP	– Juventud Universitaria Peronista
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MID	– Movimiento de Integración y Desarrollo
MNA	– Movimento dos Países Não Alinhados
NAFTA	– Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OEA	– Organização do Estados Americanos
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	– Pacto Automotor Común
PARLASUL	– Parlamento do Mercado Comum do Sul
PJ	– Partido Justicialista
PIB	– Produto Interno Bruto
UCR	– União Cívica Radical

- UE – União Europeia
- UNASUL – União de Nações Sul-Americanas
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A INSERÇÃO REGIONAL ARGENTINA DURANTE O MANDATO DE NÉSTOR KIRCHNER (2003-2007).....	16
2.1 Antecedentes e ascensão de Néstor à presidência da Argentina.....	16
2.1.1 O fracasso do modelo neoliberal dos anos 1990 e a crise econômica de 2001.....	16
2.1.2 A Eleição de Néstor e suas diretrizes de inserção internacional.....	22
2.2 A Política Externa de Néstor direcionada à América do Sul.....	31
2.2.1 O MERCOSUL e sua necessidade de aprofundamento institucional.....	37
2.2.2 Pontos de controvérsia no âmbito do MERCOSUL.....	43
2.2.3 Os processos de adesão da Venezuela e da Bolívia ao MERCOSUL.....	45
2.2.4 A criação da CASA e as desconfianças argentinas.....	47
3 A INSERÇÃO REGIONAL ARGENTINA DURANTE O PRIMEIRO MANDATO DE CRISTINA KIRCHNER (2007-2011).....	48
3.1 A eleição de Cristina e a continuidade do projeto kirchnerista de inserção internacional.....	48
3.2 A Política Externa de Cristina direcionada à América do Sul.....	55
3.2.1 O prosseguimento do MERCOSUL como bloco principal de política regional.....	57
3.2.2 A UNASUL como nova arena de inserção no subcontinente.....	58
3.2.3 A aliança com o Brasil e suas desconfianças.....	60
3.2.4 As demais relações bilaterais na região.....	63
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a Argentina tem tido suas relações externas pautadas por seu status de Estado periférico, não pertencendo ao centro de poder econômico-político global e tendo pouca relevância e impacto nos principais direcionamentos do Sistema Internacional.

Independente do Império Espanhol a partir de 1816, a Argentina passou boa parte do século XIX priorizando as questões domésticas, relacionadas à unificação nacional por meio das disputas de hegemonia entre Buenos Aires e as demais províncias do país. Neste sentido, as relações internacionais argentinas nesse período estiveram mais restritas a disputas territoriais no Cone Sul – Buenos Aires tinha o objetivo de anexar toda a região anteriormente constituída pelo Vice-Reino do Rio da Prata. A Guerra do Paraguai (1864-1870) se destaca aqui por inserir-se dentre as motivações relacionadas à tentativa de justamente consolidar o poder econômico e político, bem como o domínio territorial da Argentina no subcontinente da América do Sul.

A partir da década de 1880 – e da consolidação do Estado argentino por meio da administração do presidente Julio Argentino Roca –, a Argentina poderia dar maior importância à sua política de inserção internacional. Com isso, pode-se dividir a política externa argentina em três períodos mais abrangentes, até os dias de hoje: o período do marco europeu, da Guerra Fria e da globalização.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a Argentina teve uma associação direta com a Europa – aqui, destaca-se a relação quase simbiótica com a Inglaterra, potência internacional hegemônica da época. Devido ao seu pouco desenvolvimento e vulnerabilidade a terceiros, a Argentina encontrava na parceria com os países dominantes uma via segura de inserção – esse relacionamento se dava basicamente pelas trocas comerciais, na quais a Argentina (sendo uma potência agropecuária) exportava produtos primários para os países europeus e deles importava produtos manufaturados.

A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da ascensão dos Estados Unidos (EUA) e da União Soviética (URSS) enquanto superpotências rivais, a Argentina começaria e experimentar períodos de política externa mais pragmática – havia tanto o repúdio ao comunismo, quanto divergências históricas em relação aos norte-americanos. Nesse período, a Argentina tomaria uma posição de neutralidade, diversificando relações, executando uma diplomacia de prestígio e assim buscando seu desenvolvimento nacional.

A partir da década de 1980 e da redemocratização do país, a Argentina passaria pela primeira vez a direcionar seus olhos à América Latina. Já tendo ocorrido uma certa “cooperação” entre os governos militares latino-americanos anteriormente, essa tendência se concretizaria melhor com o presidente Raúl Alfonsín e sua aproximação com o presidente brasileiro José Sarney. Na década de 1990, esse acercamento resultaria na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), um dos processos de integração regional mais bem-sucedidos das Américas até o momento. A consonância de governos neoliberais na América Latina muito foi relevante na consolidação dessas relações mais próximas. Ainda assim, embora pela primeira vez em sua história a Argentina tenha dado maior atenção à região geográfica na qual se insere, até os princípios do século XXI tal relacionamento se deu por motivações apenas econômico-comerciais e jamais se configuraram em uma prioridade de sua agenda internacional.

Por essa ótica, pode-se afirmar que os governos kirchneristas foram os primeiros a enxergarem a América Latina como prioridade de inserção. Para Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner, a região latino-americana – e mais precisamente a América do Sul – seria a arena de inserção mais adequada para a Argentina no momento em questão, levando-se em consideração suas crises econômico-políticas, as necessidades argentinas de desenvolvimento e superação, e as conjunturas globais adversas e regionais mais favoráveis.

Nesse sentido, pode-se avaliar aqui a política exterior argentina por meio de três principais variáveis. Primeiramente, a inserção internacional do país é dada por certa *ideologia* – os governos kirchneristas eram advindos das correntes de centro-esquerda do Partido Justicialista (PJ), dando valor, portanto, aos pontos de soberania política, independência econômica e justiça social. Em segundo lugar, adiciona-se a variável das *capacidades* do Estado em exercer sua política exterior – o desempenho da ação externa argentina estiveram vinculados aos processos de tomadas de decisão centralizados na diplomacia presidencial, à debilidade econômica e a dificuldades internas momentâneas. Por fim, destaca-se como terceira e última variável o *poder* propriamente dito em consolidar maior ou menor autonomia e influência no Sistema Internacional.

O presente trabalho tem como *questão a se investigar* a inserção regional da Argentina durante os governos kirchneristas. Desse modo, o *objetivo principal* da monografia de configura em caracterizar e analisar as políticas de inserção regional praticadas pelo casal de presidentes Kirchner entre os anos de 2003 e 2011. Os *objetivos específicos* podem-se dividir em dois grupos. Primeiramente, referentes ao presidente Néstor Kirchner: i) caracterizar e analisar as diretrizes de

política exterior argentina antecedentes à eleição de Néstor, a partir da redemocratização; ii) caracterizar e analisar as linhas gerais de política exterior introduzidas por Néstor; e iii) caracterizar e analisar mais precisamente a inserção regional argentina durante seu mandato. Posteriormente, em relação ao primeiro mandato de Cristina Kirchner os objetivos específicos seriam: i) caracterizar e analisar as linhas gerais de política exterior prosseguidas por Cristina; e ii) caracterizar e analisar a inserção regional argentina durante seu primeiro mandato.

A *hipótese central* do presente trabalho se dá pela ideia de que a Argentina, a partir dos governos Kirchner, passa pela primeira vez a considerar a América Latina – e mais precisamente ao subcontinente sul-americano – como região prioritária de inserção internacional. Como *hipóteses secundárias*, elencam-se: a) Néstor Kirchner percebeu a região sul-americana como um “refúgio” no qual a Argentina, em crise econômico-política após 2001, poderia se inserir e se reerguer; e b) Cristina Kirchner teria dado continuidade às políticas de inserção regional iniciadas por seu marido, as adaptando aos condicionantes internos e à conjuntura global e regional do momento.

A *justificativa* para realização deste trabalho se configura na concepção de que o estudo da inserção regional argentina – em quaisquer momentos históricos – são essenciais para o entendimento do cenário no qual o Brasil se encontra. Tendo em vista o período histórico escolhido para a análise, de 2003 a 2011, além da compreensão mais profunda das motivações e práticas adotadas pela Argentina relacionadas aos seus próprios interesses, é possível com essa monografia também compreender o cenário regional no qual se inseriu o Brasil governado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A *metodologia* utilizada para a elaboração deste trabalho se deu por revisão bibliográfica e análise de discurso. Quanto à primeira, buscou-se priorizar autores argentinos, sendo eles tanto professores como também autoridades do país. Em relação à análise de discurso, fez-se um levantamento dos discursos proferidos pelos presidentes Néstor Kirchner e Cristina Kirchner os quais contivessem em suas palavras diretrizes de política externa e inserção regional do país.

2 A INSERÇÃO REGIONAL ARGENTINA DURANTE O MANDATO DE NÉSTOR KIRCHNER (2003-2007)

2.1 Antecedentes e ascensão de Néstor à presidência da Argentina

2.1.1 O fracasso do modelo neoliberal dos anos 1990 e a crise econômica de 2001

Após quase oito anos de um dos regimes militares mais repressores e violentos da América Latina, a Argentina tem em dezembro de 1983 a ascensão ao poder do presidente civil Raúl Alfonsín (1983-1989), expoente do partido União Cívica Radical (UCR). O governo de Alfonsín enfrentou dificuldades ao tentar superar os desafios da época – convalidar a democracia e superar a crise econômica nacional. No campo político, o presidente foi confrontado por levantes armados em virtude dos procedimentos judiciais contra os militares; no campo econômico, teve complicações ao tentar diminuir a inflação e superar os problemas advindos do endividamento externo e estancamento da economia do país (RAPOPORT, 2009).

Tendo vivenciado os últimos anos da Guerra Fria, o governo de Alfonsín ainda se deparava com um mundo bipolar. A política externa desenvolvida no período buscava conquistar apoio ao novo regime democrático argentino por parte dos países europeus (em especial os de governo social-democrata), prosseguir com as relações econômico-diplomáticas com a União Soviética (já desenvolvidas nos anos anteriores) e aproximar a Argentina dos vizinhos latino-americanos. Em relação aos Estados Unidos, objetivava-se o estabelecimento de uma chamada “relação madura” entre os dois países (RAPOPORT, 2009).

No campo interno, durante os anos 1980 os países latino-americanos enfrentaram no plano econômico quedas de desempenho e o esgotamento do modelo desenvolvimentista – o aumento crescente do endividamento externo, a instabilidade monetária e a hiperinflação permearam a década. Já no âmbito político, o fim das ditaduras e transição à democracia geraram instabilidade política. Desse modo, as crises econômica e política na virada da década criaram terreno para a ascensão neoliberal. Após o fim da Guerra Fria e o término da bipolaridade, estabeleceu-se um consenso em esfera global que se passou a definir como *globalização, nova interdependência* ou *neoliberalismo* – há uma certa unificação internacional nos âmbitos ideológico, político, econômico e estratégico. Com o triunfo do centro capitalista, instaura-se um consenso mundial que indicava padrões e princípios a serem adotados pelos Estados nacionais dali para frente, tais como

democracia, respeito aos direitos humanos, liberalismo econômico, preservação do meio ambiente, entre outros (CERVO, 2001).

Em julho de 1989, ascende ao poder o presidente da Argentina Carlos Menem (1989-1999), pelo Partido Justicialista (PJ). O início da década de 1990 é marcado pela euforia mundial advinda da queda do muro de Berlim e desmantelamento do bloco soviético – iniciava-se um processo de globalização financeira, estimulada pela expansão dos mercados especulativos e novas tecnologias. Tendo em vista a conjuntura internacional da época, há uma confluência do governo de Menem (peronista, popular e historicamente baseado nos pilares da justiça social) com os interesses dos setores da direita neoliberal do país – à convergência dessas duas forças políticas que governaram a Argentina durante toda a década de 1990, dá-se o nome de “menemismo” (RAPOPORT, 2009).

A partir de 1989, as economias latino-americanas foram reconstruídas em função das políticas pregadas pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América (EUA) e pelas instituições multilaterais e financeiras internacionais de sua influência, sendo elas o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). As medidas e preceitos recomendados pelos economistas e dirigentes de tais órgãos e instituições – acordados na capital dos Estados Unidos em novembro do ano de 1989 – ficaram internacionalmente conhecidos como “Consenso de Washington”. Apesar de eleito com um discurso de certo modo “populista”, Menem governaria o país em alinhamento aos preceitos estabelecidos neste consenso (PIRES, 2012).

O “Consenso de Washington” estabeleceu suas diretrizes através de dez pontos cruciais, sendo eles os seguintes: a) disciplina fiscal – considerava-se que o desequilíbrio macroeconômico era causado fundamentalmente por um demasiado déficit público; b) racionalização dos gastos públicos – o Estado deveria gastar apenas nas áreas sociais e infraestrutura; c) reforma tributária – aumentando a base de contribuintes, poder-se-ia aumentar a arrecadação e corrigir as distorções dadas pelo déficit público; d) liberalização financeira – a fim de atrair-se uma “poupança estrangeira”, a recomendação era de se eliminar o controle sobre os capitais, privatizar os sistemas públicos de bancos e não discriminar os bancos estrangeiros; e) reforma cambial – conformidade da política cambial em relação às necessidades do comércio internacional; f) abertura comercial – supressão de barreiras não-tarifárias e drástica diminuição de alíquotas para as importações; g) retirada de restrições ao investimento estrangeiro direto – propõe-se que empresas nacionais e estrangeiras fossem tratadas sob os mesmos parâmetros; h) privatização – as empresas públicas

deveriam ser transferidas para as mãos da iniciativa privada, tendo o Estado o mínimo de funções em relação à sociedade; i) desregulamentação – os investimentos privados necessitariam das melhores condições possíveis; e finalmente j) respeito à propriedade intelectual – sendo fundamental adesão à Lei de Patentes. Por boa parte da década de 1990, essas diretrizes foram consideradas dogmas incontestáveis, e o neoliberalismo era visto como a salvação das economias latino-americanas (PIRES, 2012).

Economicamente seguidora desse consenso, no que tange à política externa a Argentina de Menem foi também automaticamente alinhada à potência internacional hegemônica do período, os Estados Unidos da América. Amparada na teoria do *Realismo Periférico*, a inserção internacional da Argentina menemista se configurava a partir da concepção de que um país dependente, vulnerável, empobrecido e pouco estratégico aos interesses centrais da superpotência deveria eliminar (na medida do possível) as confrontações com este *hegemon* e seus aliados – o plano seria, portanto, adaptar-se aos objetivos políticos dos Estados Unidos. Menem aceitava, de forma pragmática, que a Argentina necessitava muitíssimo mais dos Estados Unidos do que os Estados Unidos da Argentina. Os custos reais de uma possível confrontação entre ambos seriam imensamente maiores para Buenos Aires do que para Washington. Portanto, a maior ou menor autonomia do Estado deveria configurar-se por meio das capacidades de confrontação com o centro de poder mundial, mais precisamente em relação aos custos relativos de tal enfrentamento (ESCUDE, 1992).

Entre os caminhos traçados pela política exterior argentina ao final do século, pode-se citar o envio de forças armadas argentinas ao Kuwait ao lado da coalizão liderada pelos Estados Unidos na Guerra do Golfo, o respaldo à moção norte-americana de investigar violações de direitos humanos em Cuba, o abandono formal do Movimento dos Países Não Alinhados, entre outras ações. A Argentina também reestabelece as relações diplomáticas com o Reino Unido, evitando confrontação acerca do litígio referente às Ilhas Malvinas – as reivindicações de soberania sobre o arquipélago se mantiveram, mas houve maior tendência à cooperação. Menem buscou também modificar o perfil externo do país, tentando eliminar suspeitas de que a Argentina seria um potencial destabilizador regional – exemplo disso foi a permissão dada pelo presidente para as inspeções brasileiras (através da supervisão da Organização Internacional e Energia Atômica – AIEA) em instalações nucleares argentinas. Quanto aos vizinhos na região, Menem dá prosseguimento às tentativas iniciadas por Alfonsín em solucionar as disputas territorial-

fronteiriças com o Chile e aprofunda os laços de integração econômica com o Brasil (ESCUDE, 1992).

Durante o governo Menem, costumou-se utilizar a expressão “Estado normal”, cujo significado estava relacionado à adaptação da Argentina aos preceitos da década. Ser um “Estado normal” no mundo unipolar do pós-Guerra Fria se caracterizava por não entrar em confrontação política, ideológica ou de segurança com a potência dominante (Estados Unidos da América) ou seus aliados – ao contrário disso, a norma seria apoiá-los e segui-los em suas políticas e iniciativas. Em poucos anos, não somente a Argentina, mas todos os países latino-americanos despacham totalmente o acervo estruturalista da CEPAL – ligado ao conceito de centro-periferia e que foi base para as políticas econômicas e desenvolvimento das passadas seis décadas – e sujeitam-se aos dogmas econômicos estabelecidos pelo “Consenso de Washington”. No que se refere à questão securitária, a partir deste momento, viam-se como naturais as eventuais intervenções praticadas pela OTAN – o interesse era a ordem internacional que se iniciava e a vontade global se sobrepunha às vontades nacionais ou regionais. As chancelarias foram minimizadas aos “novos temas”, que surgiam no momento, tais como governança global, direitos humanos, meio ambiente e outros (CERVO, 2001).

Segundo De La Balze (1998), a Argentina já teria pertencido ao seletivo grupo de países mais avançados do planeta durante os primeiros anos do século XX. Contudo, de uma potência regional de importância e reconhecimento – sendo um dos países mais prósperos do globo na época –, a Argentina passa a ter uma inserção internacional lamentável na segunda metade do século. Assim sendo, após o fim do período de ditadura e com o início da redemocratização, o objetivo estratégico da política exterior do país se converteria, portanto, em sua “reincorporação ao Primeiro Mundo” (sem deixar de reconhecer seu atraso contemporâneo relativo nos quesitos econômico, social e institucional). Esta nova política exterior tinha o propósito de inserir a Argentina na nova economia global, aproximando-a dos países desenvolvidos, e substituindo a geopolítica pela integração na diplomacia sub-regional. Havia uma necessidade de se ampliar o mercado argentino de bens e serviços, tornando sua economia assim mais produtiva (DE LA BALZE, 1998).

A política externa de “reincorporação da Argentina ao Primeiro Mundo” se daria a partir de cinco fundamentos, sendo eles: i) reinserção da economia nacional argentina à economia mundial; ii) desenvolvimento de uma aliança/relação especial com os Estados Unidos; iii) desenvolvimento de um processo de integração econômica, de cooperação política e de aliança estratégica com o

Brasil; iv) formação de uma política de segurança e defesa no intuito de criar-se uma Zona de Paz no Cone Sul; e v) consolidação de uma política de prestígio, reafirmando os princípios universais no âmbito mundial e sustentando um esforço de cooperação e solidariedade na América Latina. Pode-se afirmar, portanto, que esta nova política externa a ser praticada pela Argentina seria uma resposta realista e coerente à conjuntura internacional, sendo baseada na busca por paz e segurança, maximização da liberdade de ação a partir do equilíbrio, inserção exitosa na economia internacional e recuperação de uma posição de maior influência nos cenários global e regional – através do fortalecimento das bases nacionais de poder e prestígio (DE LA BALZE, 1998).

No que tange à relação da Argentina com a região, a década de 1990 é marcada pelo princípio do processo de integração mais bem-sucedido na no subcontinente até o momento. A aproximação entre os dois grandes países sul-americanos, Argentina e Brasil, resultaria em 26 de março de 1991 na assinatura do Tratado de Assunção, que, juntamente com o Paraguai e o Uruguai, estabelecia o intuito de criar-se um mercado comum entre os Estados do cone sul – processo que resultou no chamado Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A primeira etapa em direção a este propósito seria o estabelecimento de uma união aduaneira – e, portanto, a instituição de uma tarifa externa comum (TEC) –, a qual entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995. Em 17 de dezembro de 1994, os países partes se reúnem novamente para a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, convenção que estabeleceu as bases da estrutura institucional do bloco (FARIA, 2004).

Importante ressaltar o caráter intergovernamental do MERCOSUL – diferentemente de outros processos de integração que desenvolvem uma supranacionalidade no bloco (como é o caso da União Europeia), os países do MERCOSUL preservam sua soberania nacional, tomando decisões sempre pelo consenso. O processo de construção do MERCOSUL foi estimulado pelo crescimento do comércio intra-bloco, pela inauguração de estratégias regionais por parte de empresas multinacionais, pela interpenetração de cadeias produtivas pela evolução do comércio intra-industrial. Este processo de integração econômica que ocorre no cone sul reflete a expansão espacial que o capitalismo desenvolve durante a década de 1990 (FARIA, 2004).

Em dezembro de 1999, toma posse pela União Cívica Radical (UCR) o presidente Fernando De La Rúa (1999-2001). De La Rúa lançou muitos questionamentos em relação às diretrizes tomadas durante os anos de mandatos de Menem – para ele, o alinhamento irrestrito aos Estados Unidos havia sido um equívoco. Entre as críticas ao governo antecessor, estava a designação menemista da Argentina “aliada extra-OTAN”, a qual prejudicaria as relações regionais do país

com o Brasil. Tais relações eram de vital importância para a Argentina – dados comprovavam que o Brasil era o principal comprador de produtos argentinos e que a balança comercial registrava níveis superavitários. O abandono do MERCOSUL como prioridade estratégica para a economia e para a política argentina, em especial ao final dos anos 1990, também eram um argumento (MIRANDA, 2003).

No âmbito econômico, o governo De La Rúa manteve o modelo neoliberal inaugurado por Menem, inclusive o regime de câmbio fixo de paridade peso-dólar (1:1) – estabelecido pelo Plano de Conversibilidade desde 1991. De La Rúa assumiu a presidência de um país em recessão; assim, buscou desenvolver uma política fiscal contracionista com o objetivo de evitar a interrupção dos pagamentos junto aos credores. O aumento de impostos e cortes nos gastos públicos foram medidas adotadas, e em 2000 um novo acordo (que permitia a Argentina contrair recursos com a finalidade de pagar a dívida pública) foi firmado com o FMI. Meses mais tarde, o FMI anunciou que não liberaria mais empréstimos, deixando a Argentina sem recursos em moeda estrangeira. Uma medida então adotada foi o *corralito*, por meio do qual os saques dos argentinos foram restritos temporariamente a apenas US\$ 250 por semana – o que levou ao descontentamento geral do povo. A crise econômica enfrentada pelo país demonstrou a vulnerabilidade do Plano de Convertibilidade e de todo o modelo neoliberal. Em meio a protestos e manifestações populares, o presidente De La Rúa renuncia em dezembro de 2001 (SILVA, 2009).

Em 1º de janeiro de 2002, assume provisoriamente a presidência Eduardo Duhalde (2002-2003), do Partido Justicialista (PJ). Seu objetivo primordial seria estabilizar o país, tanto nos âmbitos econômico quanto político. Rival de Menem, Duhalde ratificou a moratória da dívida pública, que havia sido anunciada pelo (também justicialista) fugaz presidente interino Adolfo Rodríguez de Saá (esteve no cargo por apenas uma semana, após a renúncia de De La Rúa). Duhalde ainda determinou o fim do Plano de Conversibilidade e posteriormente anunciou um novo regime cambial chamado “câmbio competitivo” (regime de bandas cambiais, cuja cotação girava em torno de 3:1). Apesar do clima de incerteza e desconfiança em torno de seu governo, a Argentina de Duhalde experimentou uma rápida recuperação – o fim do regime de conversibilidade diminuiu a dependência externa e, após a instauração do modelo cambial, o país registrou elevados índices de crescimento econômico (SILVA, 2009).

Tendo demonstrado uma inclinação em certa medida pragmática, Duhalde buscou diferenciar-se mais da política exterior exercida pelo também justicialista Menem, do que em

comparação ao presidente radical De La Rúa. As relações com o FMI foram eixo fundamental da agenda externa de Duhalde – o âmbito econômico dominou as bases da inserção argentina durante o período. Neste momento, a política internacional era condicionada principalmente pelo avanço do terrorismo, pelos conflitos no Oriente Médio e pelas crises nucleares entre Índia e Paquistão – assim sendo, a América Latina fugia aos olhos atentos dos Estados Unidos. Apesar de ter gerado preocupação, a crise argentina de 2001 não teve grande relevância política para Washington, não havendo relação político-diplomática ou estratégico-militar com a conjuntura internacional de então. Um ponto de divergência em relação aos Estados Unidos, no qual o título de “aliado extra-OTAN” é deixado de lado, é o rechaço argentino em relação ao objetivo de avanço unilateral norte-americano no Iraque, durante a chamada “Guerra ao Terror”. Em relação à inserção regional, Duhalde defendia uma relação mais estreita da Argentina com o Brasil e com o Chile – a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, e seu interesse em recuperar o tempo perdido do MERCOSUL, deu grande suporte a tal idealização (MIRANDA, 2003).

2.1.2 Eleição de Néstor e suas diretrizes de política externa

Governador da província austral de Santa Cruz, Néstor Carlos Kirchner Ostoić (2003-2007) não tinha grande apoio nem mesmo das lideranças dentro do Partido Justicialista (PJ) para as eleições presidenciais de 2003. Até o mês de setembro de 2002, Néstor Kirchner tampouco era conhecido por boa parte da população argentina – foi o então presidente Eduardo Duhalde quem o apoiou publicamente como seu sucessor. A partir disso, pode-se interpretar a eleição de Néstor como resultado da crença popular argentina de que o mesmo representaria uma continuidade da recuperação político-econômica iniciada pelo então corrente presidente – Néstor incorporou votação da centro-esquerda, do peronismo¹ e de outras correntes progressistas argentinas. O ex-presidente Carlos Menem também disputava as eleições daquele ano, exaltando o discurso que seu

¹ Movimento político originado em trono da figura do militar, estadista e ex-presidente argentino Juan Domingo Perón (1946-1955 e 1973-1974). Fruto de uma aliança privilegiada com os setores trabalhadores -populares e pela imagem carismática de Perón, o movimento peronista deu origem, em 1947, ao Partido Justicialista (PJ) – uma das mais fortes forças políticas argentina na atualidade. Sendo um movimento de massas, o peronismo tem também como outras características o nacionalismo, o anti-imperialismo, a centralização do poder, a independência econômica e industrialização e políticas de redistribuição de renda (MALAMUD, 1992).

retorno à Casa Rosada seria sinônimo de nova estabilidade e retorno da prosperidade da década anterior – em política externa, a promessa era repetir a diplomacia de prestígio, redefinir o MERCOSUL e se posicionar mais favoravelmente à ALCA. Por fim, nas eleições de abril de 2003, Menem recebeu 24,4% dos votos e Néstor 22,2%, o que os levaria a um segundo turno de disputa direta. Menem não esperava, entretanto, que o forte anti-menemismo presente na população argentina, aliado ao chamado “voto útil”, fosse refletido nas pesquisas de intenção de voto, as quais apontavam folgada vitória para seu adversário na segunda etapa das eleições (com cerca de 65% a 78% dos votos). Frente a isso, Menem decide abandonar a disputa antes do dia de votação – a Justiça Eleitoral argentina, conseqüentemente, declara Néstor Kirchner como vencedor do processo (CANDEAS, 2010).

Néstor Kirchner teve suas origens na militância política do movimento Juventud Peronista (JP) da década de 1970. Entre 1983 e 1984, foi presidente da Caja de Previsión Social da província de Santa Cruz; de 1987 a 1991, foi intendente de Río Gallegos (onde nasceu), sua capital; entre 1991 e 2003 foi governador da província (tendo sido reeleito por duas vezes). Em 1992, foi eleito presidente da Organización Federal de Estados Productores de Hidrocarburos (OFEPHi) e presidente do Consejo Provincial do Partido Justicialista; em 1994, recebeu o título de convencional constituinte para a reforma da Carta Magna da República Argentina; em 1996, fundou a La Corriente Peronista, linha interna do Partido Justicialista (PJ), a qual liderou a partir dos anos 2000. A orientação política de Néstor reflete uma forte influência da centro-esquerda peronista – essa atuação mais moderada pode também caracterizá-lo como peronista nacionalista de esquerda. Se considerarmos suas origens, a juventude militante de Néstor o aproximam muito ao presidente também justicialista Héctor Cámpora (maio-julho de 1973), que por um curto período governou o país; por outro lado, levando-se em conta sua inclinação econômica e suas diretrizes de política externa, podemos relacioná-lo ao desenvolvimentismo do presidente radical intransigente Arturo Frondizi (1958-1962) e o Movimiento de Integración y Desarrollo (MID) (TORRES, 2010).

Néstor foi o presidente eleito com a menor porcentagem de votos de toda a história da Argentina (em virtude da não realização do segundo turno) – sua missão a partir da posse seria construir sua autoridade e legitimidade por meio de medidas concretas que tirasse o país da crise econômica, diminuíssem as taxas de desemprego e reinserissem o país no cenário internacional,

negociando sua dívida (CANDEAS, 2010). Em discurso proferido à Assembleia Legislativa argentina, no dia de sua posse, Néstor afirmou:

En nuestro proyecto ubicamos en un lugar central la idea de reconstruir un capitalismo nacional que genere las alternativas que permitan reinstalar la movilidad social ascendente. No se trata de cerrarse al mundo, no es un problema de nacionalismo ultramontano, sino de inteligencia, observación y compromiso con la Nación. [...] Para eso es preciso promover políticas activas que permitan el desarrollo y el crecimiento económico del país, la generación de nuevos puestos de trabajo y la mejor y más justa distribución del ingreso. Como se comprenderá el Estado cobra en eso un papel principal, en que la presencia o la ausencia del Estado constituye toda una actitud política. [...] Es el Estado el que debe actuar como el gran reparador de las desigualdades sociales en un trabajo permanente de inclusión y creando oportunidades a partir del fortalecimiento de la posibilidad de acceso a la educación, la salud y la vivienda, promoviendo el progreso social basado en el esfuerzo y el trabajo de cada uno (KIRCHNER, 2003).

O novo presidente buscou elevar seus níveis de popularidade ao confrontar setores muito criticados e vistos com desconfiança pela população, tais como as Forças Armadas, a Corte Suprema, a Previdência Social e a Polícia Federal. Também revogou as Leis de Obediência Devida e Ponto Final, o que resultou na reabertura de casos de tortura e violações de direitos humanos da década de 1970, anos traumáticos da violenta ditadura militar argentina. Aos poucos, Néstor logrou altos índices de popularidade e consolidou a autoridade e a governabilidade de seu projeto político (CANDEAS, 2010).

Quanto à política externa, o novo governo esteve mais preocupado com os meios de exercê-la, do que necessariamente seus fins. Pode-se observar em seu mandato um grande desinteresse em relação aos temas de inserção internacional (evitava-se a chamada diplomacia das cúpulas, por exemplo), sendo prioridade apenas os tópicos de impacto imediato, normalmente vinculados a assuntos domésticos. Nesse sentido, pode-se citar a lógica dos “Jogos de Dois Níveis” de Robert D. Putnam, na medida em que as demandas e necessidades internas argentinas se sobrepuseram às dinâmicas internacional na formulação de sua política exterior (LLENDERROZAS, 2011).

Uma característica também importante de sua gestão foi a concentração de poder que o presidente teve em suas mãos durante o período, em todas as áreas da administração pública. Durante os anos de seu mandato, a Chancelaria de carreira teve menor participação nas grandes decisões de política externa, sendo essas tomadas pelo presidente – também se delegou maior protagonismo de outros ministérios e secretarias, para que dialogassem com atores estrangeiros. O

modo de negociação de Néstor se caracterizou por um estilo bastante duro – as mesmas estratégias de negociação utilizadas no âmbito interno eram reafirmadas nas conversas com os Estados estrangeiros ou com o FMI. Inicialmente, havia maior confrontação em relação à outra parte, posteriormente sendo desenvolvidas estratégias de distensão. A preferência pelos assuntos de relevância doméstica e a atitude mais incisiva no ambiente externo levaram à interpretação de uma postura mais autônoma por parte de Néstor. Levando-se em consideração tais pontos, pode-se dizer também que o presidente não desenvolveu uma estratégia de inserção internacional de longo prazo, havendo mudanças em sua orientação de acordo com contexto (LLENDERROZAS, 2011).

Já no início de seu mandato, o discurso de Néstor articulou um estilo agressivo e de alto impacto, sendo bastante direto e rejeitando metáforas – angústias, memórias ao passado recente do país e perspectivas esperançosas foram utilizados de modo provocativo. O novo comandante da nação afirmava as possibilidades de emersão da Argentina em crise, de estruturas institucionais frágeis e carente de estabilidade sociopolítica. A pouca relevância no âmbito internacional do país, mas com forte potencial futuro, também teve papel central em suas falas. Sua retórica consistia nas críticas ao modelo neoliberal implantado por Menem e continuado por De La Rúa (TORRES, 2010). Nas palavras de Néstor:

En la década de los 90, la exigencia sumó la necesidad de la obtención de avances en materia económica, en particular, en materia de control de la inflación. La medida del éxito de esa política, la daba las ganancias de los grupos más concentrados de la economía, la ausencia de corridas bursátiles y la magnitud de las inversiones especulativas sin que importara la consolidación de la pobreza y la condena a millones de argentinos a la exclusión social, la fragmentación nacional y el enorme e interminable endeudamiento externo (KIRCHNER, 2003).

Todo o discurso de Néstor girava em torno das ideias de mudança e renovação. Quanto à política internacional, o multilateralismo, as pautas da globalização, a estabilidade socioeconômica e a consolidação da identidade nacional foram pontos centrais. A realidade era interpretada sob uma ótica pragmática, com objetivos ideologicamente vinculados à centro-esquerda (TORRES, 2010).

O governo de Néstor Kirchner manteve o esforço iniciado por Duhalde em recuperar a credibilidade internacional da Argentina após a crise de 2001 e em reforçar a posição do país no cenário regional. Com a renúncia de De La Rúa em dezembro de 2001, observou-se um temor internacional que a crise (tanto econômica quanto política) transbordasse e atingisse os demais países

do Cone Sul. O calote da dívida e o fim do modelo de conversibilidade levaram a Argentina a uma situação de colapso no que se refere à política exterior – deste modo, os temas relevantes de inserção internacional se resumiram aos processos mais urgentes de negociação financeira. Em grande parte dos temas debatidos em esfera global, a Argentina passava a apoiar as grandes potências, na esperança de receber condições mais favoráveis à negociação da dívida externa. O primeiro objetivo de Néstor ao assumir a Casa Rosada no que se refere à política interna foi o de avançar na reconstrução da autoridade central do Estado e na normalização das instituições – os assuntos domésticos foram, portanto, prioridade nos primeiros momentos de seu governo (LLENDERROZAS, 2011).

A crise econômica de 2001 teve impacto tanto sobre as políticas públicas quanto sobre a política exterior da Argentina – em virtude da crise, o país se viu ainda mais isolado e vulnerável à conjuntura externa. Tendo perdido poder no sistema internacional, era necessário o desenvolvimento de estratégias que recuperassem as capacidades argentinas e a reinserssem internacionalmente. A crise de 2001 impediu um embasamento teórico mais elaborado para a política externa da Argentina – Duhalde não teve tempo nem condições de desenvolvê-lo, portanto, coube à Néstor estruturá-lo. As linhas gerais da política externa argentina na era Néstor Kirchner tiveram vários enfoques teóricos, embora não interligados – pode-se chama-lo, portanto, de *híbrido teórico*. Ao considerarmos os diferentes ramos teóricos, podemos entender uma concepção de poder mais ampla, não limitada a padrões tradicionais; contudo, em virtude da pouca articulação entre essas teorias, interpreta-se também uma visão de poder pouco amplo, até mesmo com contradições (CREUS, 2010).

Referente a isso, pode-se afirmar que a Argentina de Néstor adotou inicialmente uma visão teórica de poder *realista*² em suas relações internacionais. Após a crise de 2001, o país se encontrava bastante fragilizado, não dispo de recursos materiais de poder – assim, era necessário desenvolver estratégias diplomáticas de reinserção global. Para Néstor, o plano para tal se encontrava na política regional e a integração com os países da América do Sul (principalmente, as relações com o Brasil). Para a Argentina, reforçar a integração e o MERCOSUL lhe proporcionariam uma alternativa viável para exercício de poder. Deste modo, pode-se também

² Escola de pensamento mais antiga e amplamente reconhecida no estudo das Relações Internacionais, a Teoria Realista tem entre suas premissas a ideia de que os Estados – além de serem os principais atores do Sistema Internacional – buscam consolidar sua segurança e maximizar seu poder através de estratégias nacionais, frente aos constrangimentos endógenos e exógenos (CASTRO, 2012).

afastar-se um pouco da concepção realista e interpretar a inserção internacional do país sob uma ótica de abordagem do *institucionalismo*³, visto que a integração regional é tida como recurso de poder (inclusive de balanceamento frente à crescente influência brasileira no subcontinente). A teoria institucionalista abrange ideias tanto do liberalismo, mas também do realismo – desse modo, as capacidades relativas de poder (concepção realista) continuam sendo vitais, mas o papel das instituições também é importante para a cooperação e apaziguamento na anarquia (CREUS, 2010).

Outro enfoque que se pode dar à política externa argentina é do *soft power*, de Joseph Nye – e os recursos não tangíveis de poder. Por tal concepção, o poder é descrito como menos coercitivo e tangível, distinguindo-se do poder militar e poder econômico. Justamente por não possuir essas últimas duas variantes (militar e econômica) após a crise de 2001, a Argentina optaria pelo *soft power* como via de inserção internacional: na defesa da democracia e dos direitos humanos, por exemplo. Entretanto, devido ao estilo diplomático e forte presidencialismo de Néstor, tal *soft power* não foi exercido com tanto sucesso (CREUS, 2010).

Além disso, outro ponto muito importante na estratégia de inserção regional da Argentina liderada por Néstor – já presente nos primórdios da corrente peronista – foi a intenção de conquistar autonomia. Desde a crise da dívida na década de 1980, havia sido necessário abandonar as ideias cepalinas de nacionalismo econômico; anos depois, Néstor reintroduz na política externa do país o objetivo de conquistarem-se maiores margens de manobra internacional. O propósito era o desenvolvimento econômico, frente ao fracasso do modelo neoliberal de Menem e De La Rúa. De fato, a posição autonomista de Néstor não teve uma formulação oficial, sendo suas referências a retórica do presidente e suas ações (TORRES, 2010).

No plano teórico, pode-se relacionar a inserção argentina na Era Néstor Kirchner a uma “autonomia heterodoxa” peronista, a qual se dava pelo aprofundamento da integração regional, pela ênfase no latino-americanismo, pelo multilateralismo e pela recomposição das relações com os Estados Unidos e com a Europa. A ideologia de centro-esquerda de Néstor pôs fim às *relaciones carnales* da Argentina com os Estados Unidos; enrijeceu o discurso frente ao Reino Unido no que se referia à soberania sobre o arquipélago das Ilhas Malvinas; mostrou firmeza nas negociações da dívida com credores europeus e outros organismos financeiros internacionais; e aproximou-se de

³ A Teoria Institucionalista tem sua base na concepção que as instituições multilaterais – em conjunto com regimes internacionais – normatizam a conduta externa dos Estados. O institucionalismo dá importância à boa-fé, à transparência discursiva e à ação democrática, fundamentando-se na necessidade da multilateralidade participativa dos Estados, posicionados em um patamar de isonomia e coordenação (CASTRO, 2012).

países latino-americanos de inclinação socialista, tais como Cuba e Venezuela. A diplomacia argentina no período de mandato de Néstor muito mais se aproxima da “autonomia heterodoxa” do presidente Héctor Cámpora – e seu Ministro de Relações Exteriores, Juan Carlos Puig – do que das políticas de Perón, que assinalavam a associação com o Brasil para a construção de um poder regional, buscando assim autonomia frente às potências mundiais. Puig tinha o entendimento das assimetrias entre a Argentina e o Brasil, considerando criticamente muitos acordos como desfavoráveis à Argentina (CANDEAS, 2010).

Segundo o conceito de “autonomia heterodoxa” descrito por Puig, um Estado parte de um bloco aceitaria as conduções estratégicas da potência internacional dominante, mas divergiria abertamente dela em pelo menos três importantes pontos, sendo eles: i) seu modelo de desenvolvimento interno, podendo este não coincidir com os interesses da potência; ii) sua postura internacional no que não seja referente a assuntos globalmente estratégicos; e iii) a delimitação entre os interesses nacionais da potência e os interesses estratégicos do bloco. Pela “autonomia heterodoxa” de Puig, não se permitiria a imposição dogmática de apreciações políticas e estratégicas que somente atentassem aos interesses próprios da potência hegemônica do sistema. Assim sendo, pode-se afirmar, portanto, que o projeto nacional dos autonomistas heterodoxos – ao contrário do projeto de dependência nacional, que implica apenas otimizar os benefícios derivados da vinculação subordinada à potência dominante –, por meio de condicionantes estratégicos, se contrapõe à situação de dependência internacional (PUIG, 1984).

Nesse sentido, cabe também ressaltar que, nas suas relações internacionais, a Argentina kirchnerista de Néstor optou pelo multilateralismo – tendência observada em todos os governos da redemocratização (TORRES, 2010). Em seu discurso de posse, Néstor afirma:

Desde este proyecto nacional la República Argentina se integrará al mundo dando pasos concretos hacia consensos políticos basados en el fortalecimiento del derecho internacional, el respeto a nuestras convicciones, la historia y las prioridades nacionales. Partidarios hacia la política mundial de la multilateralidad como somos, no debe esperarse de nosotros alineamientos automáticos sino relaciones serias, maduras y racionales que respeten las dignidades que los países tienen. Nuestra prioridad en política exterior será la construcción de una América Latina políticamente estable, próspera, unida, con bases en los ideales de democracia y de justicia social (KIRCHNER, 2003).

Iniciativas expostas no âmbito multilateral teriam maior eficácia na manutenção da paz e segurança internacional, bem como enfrentar a pobreza, o terrorismo, a corrupção, o crime

organizado transnacional e narcotráfico. Durante os anos de administração de Néstor, a Argentina se inseriu internacionalmente trabalhando os seguintes tópicos: a) questionamentos e críticas aos organismos internacionais de crédito – o presidente corresponsabilizava o FMI pela crise econômica de 2001 e propunha uma maior democratização dos organismos multilaterais (por exemplo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas); b) luta contra o terrorismo – por um lado buscava-se sintonia com os Estados Unidos, mas por outro havia a afirmação da necessidade de respeito à autoridade do Conselho de Segurança referente ao uso legítimo da força (indireta crítica à Guerra ao Terror norte-americana); c) reivindicação da soberania sobre as Ilhas Malvinas – nos órgãos multilaterais, era possível tentar e conseguir suporte de um número maior de Estados à causa argentina; e d) defesa dos direitos humanos – sendo este um tópico central na política exterior argentina, reconhecia-se e apoiava-se o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (TORRES, 2010).

O multilateralismo é adotado por muitos Estados de poder mais moderado em virtude de este lhes permitir maior margem de manobra, impedindo abusos dos Estados mais fortes e/ou unindo forças de Estados com interesses similares. Desse modo, é possível no âmbito multilateral fortalecer alguma proposta que, unilateralmente, não teria força suficiente para sua concretização. Nesse sentido, as instituições internacionais são de vital importância para os países de poder médio, na medida em que elas promovem espaços políticos nos quais esses Estados podem buscar objetivos comuns coletivamente, formando coalizões – as normas internacionais instituídas pelas potências podem ser contestadas de modo mais incisivo com a união desses países (CREUS, 2010).

Um exemplo de política defendida pela Argentina no âmbito internacional multilateral é a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse conselho tem uma enorme importância na estrutura atual da ordem internacional – o pequeno número de membros e distribuição de assentos é contestada por diversos países, que reivindicam maior representatividade nas decisões relativas à securitização do planeta. Após o final da Guerra Fria e intensificação da multipolaridade, a reforma das Nações Unidas (e aí de seu Conselho de Segurança) foi vista como necessária por muitos Estados; em 2003, o então Secretário-Geral, Kofi Annan, introduziu a necessidade de reformar institucionalmente as agências da Organização. Neste momento, a Argentina uniu forças com outros países, tais como México, Itália, Canadá, Coreia do Sul e Paquistão, formando o chamado Clube do Café ou Unidos pelo Consenso – aqui cabe salientar a posição argentina na defesa de maior representatividade da América Latina no Conselho, se

contrapondo à pretensão brasileira de um assento permanente apenas para si (há o receio de um demasiado empoderamento do Brasil caso isso ocorresse, ocasionando um desequilíbrio regional de poder) (CREUS, 2010).

Levando-se em consideração, portanto, suas influências teóricas, pode-se dividir a política externa exercida pelo governo de Néstor em duas etapas, sendo elas condicionadas essencialmente pelo âmbito doméstico. A primeira etapa – que se inicia com a posse do presidente em maio de 2003 e se estende até outubro de 2005 – corresponde à busca da reinserção financeira da Argentina ao sistema internacional. A segunda etapa – que vai desde a renegociação da dívida externa e posteriores eleições de outubro em 2005 até o fim de seu mandato em 2007 – se caracteriza pelo reforço do poder político do oficialismo e fortalecimento da figura do presidente, que se despreendeu de apoios políticos iniciais e impulsionou projeto de alianças externas. Durante a primeira etapa, a Argentina de Néstor ainda se encontrava vulnerável no sistema internacional, em virtude do calote da dívida externa; com isso em vista, no primeiro ano e meio de gestão Néstor, o foco do governo foi renegociar da dívida e lidar com as consequências da desvalorização do peso em contratos de empresas privatizadas em mãos de capitais estrangeiros. Quanto à segunda etapa, pode-se afirmar que Néstor passou a executar um latino-americanismo mais pragmático que ideológico (LLENDERROZAS, 2011).

As relações com os Estados Unidos se mantiveram, em certa medida, distantes durante a gestão de Néstor. Orientadas para a questão securitária e para o Oriente Médio, as prioridades estratégicas dos Estados Unidos de George W. Bush observavam a América Latina de forma secundária – analisava-se com cautela a evolução política e econômica argentina. Inicialmente, um momento negativo da relação entre ambos se deu pela suspensão unilateral argentina dos exercícios militares conjuntos; além disso, uma fase de desconfiança e tensão entre Estados Unidos e Argentina se daria em virtude de, em novembro de 2005, Néstor expressar forte oposição ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Tal fato abalou o relacionamento Washington-Buenos Aires, e Néstor buscou então formular estratégias de aproximação focadas em temas de concordância entre ambos – tais como a não proliferação de armas nucleares, a luta contra o terrorismo internacional, o narcotráfico, a promoção da democracia e dos Direitos Humanos, entre outros pontos (LLENDERROZAS, 2011).

Em relação à Europa, a Argentina de Néstor muito dialogou quanto à quitação da dívida e aos investidores – discutiam-se também contratos de empresas privadas e aumento de tarifas.

Quanto à China, assinaram-se acordos de associação estratégica. Uma outra mudança de postura na inserção internacional argentina foi seu retorno ao Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) – o país havia feito parte do grupo entre 1973 e 1991, até que o presidente Carlos Menem o abandonou. Pode-se interpretar tal regresso como estratégia de garantir apoio internacional do bloco nas reivindicações argentinas de soberania sobre as Ilhas Malvinas nas assembleias das Nações Unidas. Em relação ao arquipélago, o governo de Néstor enrijeceu a posição sobre concessões de contratos de exploração pesqueira, além de rever políticas de permissão de sobrevoo à região (LLENDERROZAS, 2011).

2.2. A Política Externa de Néstor direcionada à América do Sul

Durante a década de 1990, os países latino-americanos cresceram economicamente sustentados em um modelo de abertura comercial que, não apenas não logrou resolver os problemas sociais existentes, como os aprofundou. Sendo assim, embora se haja progredido nos tópicos de pacificação, direitos humanos e vigência do Estado de Direito, a pobreza continuou sendo mazela em diversos países (TAIANA, 2006). Durante os últimos anos do governo de Menem, o processo de integração sofreu pela desvalorização monetária brasileira. Nos tempos de De La Rúa, apesar da declarada vontade de novo impulso integracionista, o cenário não se modificou (TORRES, 2010). Nesse sentido, há o consenso regional ao início da década de 2000 que o crescimento econômico, ainda que indispensável, por si só não era capaz de resolver os problemas da América Latina (TAIANA, 2006).

O ponto de inflexão da política externa argentina do novo século se iniciou, de certo modo, durante o governo de transição do presidente Duhalde. Entre os dias 26 e 27 de julho de 2002, os presidentes sul-americanos se reuniram para a II Cúpula Presidencial da América do Sul, na cidade de Guayaquil (Equador) – a primeira cúpula havia se dado em Brasília, dois anos antes. Nessa reunião, os líderes latinos acordaram que era necessária com urgência a integração entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Em virtude do forte protecionismo praticado pelos países desenvolvidos – Estados Unidos e União Europeia –, a integração regional era vista como via de empoderamento da região nas negociações frente à ALCA (EPSTEYN; JATOBÁ, 2007).

O governo transitório de Duhalde buscou introduzir uma nova visão referente ao processo de integração regional. A partir daí, há uma reorientação progressiva das políticas referentes ao MERCOSUL muito semelhante à aproximação argentino-brasileira dos anos 1980, de Alfonsín e Sarney. Na visão de Duhalde, o MERCOSUL devia ter um novo papel na política internacional argentina, sendo meio de se enfrentarem os desafios rumo à estabilidade política e econômica, assegurando sua transição presidencial. O âmbito sul-americano – e nele contido o aprofundamento do MERCOSUL e fortalecimento das relações bilaterais com o Brasil – ocuparia lugar preponderante nos propósitos e convicções do governo seguinte, de Néstor Kirchner. A administração do presidente Néstor objetivou interpretar a integração regional sul-americana em um sentido bastante mais amplo, não o limitando apenas a aspectos econômicos e comerciais (TORRES, 2010).

Quanto ao contexto político regional, pode-se afirmar que Néstor Kirchner governou a Argentina durante um período no qual ascenderam ao poder nos países da América Latina partidos de correntes de pensamento bastante heterogêneas e de difícil definição – costuma-se agrupá-los e categorizá-los, portanto, como “governos progressistas”. Alguns dos novos governantes latino-americanos se autodeclaravam socialistas (em suas variadas vertentes), já outros preferiam ser identificados apenas por governos de inclinação esquerdista ou centro-esquerda – e havia alguns até que evitavam classificações. Desse modo, o fato foi que, ao início dos anos 2000, observava-se na América Latina a ascensão de líderes políticos com um compromisso bastante claro: superar as mazelas advindas do neoliberalismo econômico adotado durante a década anterior (BRIEGER, 2010).

Neste sentido, pode-se dividir os governos progressistas latino-americanos em três variantes principais. A primeira categoria – norteada pela expressão “mobilizar e refundar” – abarcaria os presidentes Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), os quais ascenderam ao poder anunciando o objetivo de refundar seus respectivos países sobre novas bases materiais e sociais. Para tal, convocaram referendos e Assembleias Constituintes, deixando no passado lógicas neoliberais impostas por governos anteriores. A segunda categoria – seguindo a expressão “pactuar e negociar” – tem o Brasil, e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, como representante. Lula fez alianças pragmáticas com diferentes partidos políticos representantes das classes dominantes brasileiras, a fim de garantir estabilidade e governabilidade no país. Por fim, na terceira categoria – a mais heterogênea entre as citadas –, se inseriam Néstor e Cristina Kirchner

(Argentina), Ricardo Lagos e Michelle Bachelet (Chile), Tabaré Vázquez e José Mujica (Uruguai), entre outros (BRIEGER, 2010).

A convergência ideológica entre os presidentes argentino Néstor Kirchner e brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva – ambos os líderes levaram a centro-esquerda ao poder na política doméstica de seus respectivos países – foi um fator que, sem sombra de dúvida, impulsionou o processo de integração regional e o aprofundamento institucional do MERCOSUL. Tendo assumido em 1º de janeiro de 2003, Lula inclusive chegou a declarar publicamente seu apoio à candidatura de Néstor durante aquele ano – o que pode ser interpretado como impropriedade diplomática, certamente favoreceu a inclinação positiva do presidente argentino em relação ao Brasil. Tal foi essa “simpatia”, que logo no primeiro ano de mandato kirchnerista na Argentina, os dois países firmaram dois importantes acordos: em outubro de 2003 o “Consenso de Buenos Aires” e em março de 2004 a “Declaração de Copacabana”. O “Consenso de Buenos Aires” se condicionou o relançamento do MERCOSUL após os anos de crise, estabeleceu uma posição comum opositora frente às negociações sobre a ALCA. Por outro lado, pela “Declaração de Copacabana”, ambos os países também igualavam discurso perante o FMI, pela reivindicação de tratamento menos restritivo às suas políticas fiscais – a partir de “Copacabana”, há consolidação da aliança bilateral também nos foros multilaterais, inclusive com o compromisso de presença diplomática brasileira quando a Argentina assumisse uma cadeira rotativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas e vice-versa (EPSTEYN; JATOBÁ, 2007).

A América Latina foi o espaço geográfico prioritário para o qual se direcionou a política de inserção internacional da Argentina durante o governo de Néstor – sendo sua delimitação mais importante o subcontinente sul-americano (SIMONOFF, 2009). Em seu discurso de posse, Néstor ressaltou:

Nuestro país debe estar abierto al mundo, pero abierto al mundo de una manera realista, dispuesto a competir en el marco de políticas de preferencia regional y fundamentalmente a través del MERCOSUR, y de políticas cambiarias flexibles acordes a nuestras productividades relativas y a las circunstancias del contexto internacional. [...] Nuestra prioridad en política exterior será la construcción de una América Latina políticamente estable, próspera, unida, con bases en los ideales de democracia y de justicia social. [...] El MERCOSUR y la integración latinoamericana, deben ser parte de un verdadero proyecto político regional y nuestra alianza estratégica con el MERCOSUR, que debe profundizarse hacia otros aspectos institucionales que deben acompañar la integración económica, y ampliarse abarcando a nuevos miembros latinoamericano, se ubicará entre los primeros puntos de nuestra agenda regional (KIRCHNER, 2003).

Nesse sentido, essa política era sustentada por dois principais pilares: aprofundamento da integração regional e consolidação dos laços de sociedade estratégica com o Brasil. Segundo o presidente, a integração regional seria prioritária e indissolúvel da política externa argentina, assim como reduzir a desigualdade social, a luta contra a fome e pobreza, etc. (SIMONOFF, 2009). O presidente Néstor identificou a integração e cooperação regional como mecanismo adequado para a concretização do desenvolvimento econômico e melhor posicionamento da Argentina no cenário global. Tendo recuperado alguns elementos próprios do desenvolvimentismo, Néstor indicou a integração produtiva como meio de se superar a prejudicial divisão internacional do trabalho, reativando a indústria nacional e regional (TORRES, 2007).

Segundo a então senadora da República Cristina Kirchner, a América Latina vivia naquele tempo um momento único de sua história, no qual a integração era uma necessidade. Os países da região teriam economias em graus de complementariedade, os quais deveriam ser aproveitados e aprofundados. Esse seria um ponto de inflexão das relações internacionais da América Latina, na medida em que o mundo se configuraria em confrontação e subordinação. Nesse sentido, a integração não poderia se dar apenas no plano teórico, mas sim desenvolver-se por ações pontuais e concretas por parte dos governos (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007a).

Para o então chanceler argentino Jorge Taiana, o aprofundamento das alianças regionais permitiria à Argentina uma melhor inserção no mundo por completo, ampliando a voz do país nos diversos foros multilaterais. Segundo Taiana, em matéria econômica e comercial, a Argentina tinha como principal objetivo conquistar uma inserção internacional inteligente – por meio de um país justo, cuja sociedade fosse equitativa, inclusiva, produtiva e moderna. Tal inserção inteligente se daria por meio da integração regional; logo, um objetivo prioritário seria fortalecer o MERCOSUL, consolidando-o como mercado único, dotado de estrutura institucional funcional, no esforço da integração produtiva das cadeias regionais, capaz de garantir segurança jurídica e facilitando, portanto, sua ampliação. Para o equilíbrio de competição entre os membros do bloco, enfatizava-se a necessidade de trabalharem-se as assimetrias, favorecendo o desenvolvimento dos países menores e dos setores mais atrasados (TAIANA, 2006).

Ao assumir a Casa Rosada, Néstor Kirchner buscou recuperar o espaço perdido durante os anos de crise frente à América Latina – nesse sentido, o novo governante argentino se utilizou muito de uma diplomacia presidencial ativa para atingir tal objetivo. Os poucos meses de diferença

entre as eleições de Néstor e Lula abriu espaço para a construção de uma associação mais sólida entre Brasil e Argentina. A coexistência de governos de esquerda tornaria mais fácil tal aproximação, tendo havido diversas declarações nesse sentido de ambos os lados. A diplomacia Argentina no período buscou também um papel mais ativo no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) e frente aos riscos de ruptura dos regimes democráticos da região, tendo assumido uma postura intermediária entre o intervencionismo norte-americano e a mediação discreta brasileira. Com isso, objetivava-se desafiar os esforços do Brasil em converter-se em uma liderança regional e fortalecer-se frente aos Estados Unidos (SARAIVA, 2007).

As relações com o Brasil tiveram seus altos e baixos; contudo, sem dúvida, os laços entre os dois países se consolidaram dia a dia. Pode-se citar, por exemplo, o fato de Néstor ter se manifestado publicamente favorável à reeleição de Lula para a presidência do Brasil, no ano de 2006 (SIMONOFF, 2009). Entre os pontos comuns nas políticas externas exercidas por Argentina e Brasil, pode-se citar as próprias questões derivadas do processo de integração do MERCOSUL, a situação das dívidas frente ao FMI, os temas referentes à segurança e ao terrorismo vinculados à Tríplice Fronteira, entre outros pontos. Há a mútua solidariedade dos países em relação ao endividamento, e no ano de 2005 ambos, Argentina e Brasil, anunciam o pagamento da dívida com o FMI – no dia 15 de dezembro daquele ano, o presidente Néstor Kirchner anuncia publicamente o pagamento total do montante devido (TORRES, 2007).

Ainda que o presidente tenha procurado tecer relações diplomáticas com líderes latino-americanos de distintos extratos políticos, sua aposta clara era pelos governos progressistas. O Fórum Social Mundial (evento organizado por movimentos sociais de diversos países) foi, por exemplo, importante nesse contexto. Em outubro de 2003, o governo da Argentina interveio juntamente com o Brasil na crise política do governo da Bolívia a fim de se encontrar uma saída institucional – em tal momento, Néstor já criava laços com o futuro presidente boliviano, Evo Morales. Algo semelhante também aconteceu frente ao futuro presidente do Equador, Rafael Correa. Em 2006, Néstor convidou o líder cubano Fidel Castro e o então já presidente boliviano Evo Morales para que comparecessem à reunião do MERCOSUL, ocorrida na cidade argentina de Córdoba (BRIEGER, 2010).

Tendo isso em consideração, pode-se logo afirmar que a Argentina de Néstor Kirchner, além da vocação para o processo de integração regional, aprofundou também suas relações bilaterais com o Brasil, com o Chile, com a Bolívia e com a Venezuela (TAIANA, 2006). Em

relação à Venezuela, buscou-se uma aproximação mais forte com a figura Hugo Chávez; com o Chile, a Argentina tentou estreitar relações políticas, inclusive tratando de uma possível força de paz conjunta entre os dois países (SARAIVA, 2007). A questão energética também se relaciona a isso: aos primeiros passos da recuperação econômica do país pós-crise de 2001, a Argentina sofria por insuficiente abastecimento energético – assim sendo, o país optou por privilegiar o suprimento da demanda doméstica, em detrimento das exportações de energia elétrica para o Uruguai e gás natural para o Chile, no ano de 2004. Concomitantemente, no mesmo ano, buscou-se maior fornecimento de energia elétrica proveniente do Paraguai e de gás natural da Bolívia (EPSTEYN; JATOBÁ, 2007).

Outro momento que muito clareou o latino-americanismo de Néstor Kirchner foi sua postura frente à ALCA. No ano de 1994, os Estados Unidos lançaram a ideia de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), iniciativa bastante ambiciosa e que abrangeria todo o continente. Concebido pelos democratas, o projeto foi levado adiante também pelos republicanos e tinha o propósito de fortalecer as bases do “Consenso de Washington”, beneficiando empresários norte-americanos. Pouco após assumir o cargo, Néstor recebeu na Casa Rosada um conjunto de movimentos sociais que se opunham ao projeto da ALCA. Posteriormente, juntamente com os demais presidentes do MERSOCUL, Néstor rechaçou o projeto. No ano de 2005, durante a IV Cúpula das Américas, ocorrida na cidade argentina de Mar Del Plata, o presidente argentino teve papel central no impedimento da concretização do processo (BRIEGER, 2010). Nesta ocasião, Néstor proferiu:

[...] seguimos pensando que no nos servirá cualquier integración; simplemente, firmar un convenio no será un camino fácil ni directo a la prosperidad. La integración posible será aquella que reconozca las diversidades y permita los beneficios mutuos. Un acuerdo no puede ser un camino de una sola vía de prosperidad en una sola dirección. Un acuerdo no puede resultar de una imposición en base a las relativas posiciones de fuerza. Por el contrario, como en otras latitudes -está allí el testimonio de la Unión Europea-, los acuerdos de integración comercial deben contemplar salvaguardas y compensaciones para que los que sufren atrasos relativos, de modo que el acuerdo no potencie sus debilidades. Ese es un modo no sólo aceptable, sino fundamentalmente viable. La integración será posible en la medida que se atiendan las asimetrías existentes y si las negociaciones satisfacen los intereses fundamentales de cada país, especialmente, en materia de acceso a los mercados sin restricciones. Es que el problema del desarrollo de las economías emergentes, en un marco de equidad, no debe abordarse desde el punto de vista de los países desarrollados, como si fuera un asunto de beneficencia respecto de los que menos tienen (KIRCHNER, 2005).

O presidente anfitrião teria extraoficialmente encorajado manifestações sociais de rua e organizado um ato público no qual compareceram milhares de pessoas em repúdio ao projeto. Tendo ocorrido em estádio de futebol da cidade, a chamada Cúpula dos Povos contou com o protagonismo do presidente venezuelano Hugo Chávez, assim como participação do então líder *cocalero* boliviano Evo Morales. Chávez assegurou, diante de milhares de pessoas, que a ALCA estava de ali em diante enterrada. Apesar de não posicionado oficialmente, Néstor deixava clara sua posição ao ceder tribuna para o presidente da Venezuela. Após a IV Cúpula das Américas, e as manifestações desfavoráveis por parte dos países membros do MERCOSUL e da Venezuela, a iniciativa da ALCA definhou (BRIEGER, 2010).

Além da ALCA, outro fato que resultou na “união” da Argentina com outros países latino-americanos frente aos Estados Unidos foi o caso da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, e a suposta ameaça de terrorismo. Após o 11/09, os Estados Unidos de Bush se utilizaram da ameaça de possível presença da Al Qaeda na América Latina para atrair apoio dos países da região na luta contra o terrorismo global. Nesse contexto, o Departamento de Estado norte-americano mostrou preocupação especial com a fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai – conhecida como Tríplice Fronteira. Os atentados terroristas sofridos pela Argentina na década de 1990 (contra a Embaixada de Israel em 1992 e o edifício central da comunidade judaica em 1994), fortaleciam a ideia de que a Argentina seria o centro do extremismo na América Latina – os Estados Unidos acreditavam que não somente a Al Qaeda teria tentáculos na América Latina, como os teriam também o palestino HAMAS e o libanês Hezbollah. Os governos dos três países, contudo, sempre negaram a existência de grupos terroristas em seus territórios – além disso, tal ocorrência jamais pôde ser comprovada por quaisquer órgãos internacionais ou meios de comunicação. Ainda assim, em dezembro de 2004, delegações oficiais dos quatro países se reuniram em Assunção a fim de se discutir a segurança da fronteira compartilhada (BRIEGER, 2010).

2.2.1 O MERCOSUL e sua necessidade de aprofundamento institucional

Durante os anos 1990, o MERCOSUL foi considerado o processo de integração regional mais bem-sucedido de toda a América Latina – em pouco tempo após sua fundação, o bloco atingiu

rápidos avanços comerciais e muito pautou as relações internacionais de todo o Cone Sul. Entretanto, ao final da década e virada aos anos 2000, o MERCOSUL passou a sofrer dificuldades, em virtude, por exemplo, da crise brasileira de depreciação do Real em 1998 e da crise econômica argentina de 2001 – esses acontecimentos de certa forma retrocederam o processo de integração (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009). No ano de 2002, os países membros do MERCOSUL concentraram esforços a fim de se superaram controvérsias, procurando encontrar meios de fortalecer o bloco. Frente ao êxito econômico-comercial atingido nos anos 1990, o início da nova década é também marcado pelo espaço político e institucional ser colocado em pauta. Pela “limpeza da mesa”, os conflitos intrazona foram sendo progressivamente discutidos e resolvidos por meio de negociações bilaterais. A partir do ano de 2003, a agenda do MERCOSUL passava a incluir temas políticos, sociais, culturais, educativos, científicos e tecnológicos – na finalidade de se alcançar uma identidade regional (DUHALDE, 2005).

Quaisquer que sejam os parâmetros utilizados para tal avaliação, é possível afirmar que o MERCOSUL é, portanto, uma das principais conquistas atingidas pelos países sul-americanos nas últimas décadas. Não há como negar os avanços e frutos advindos do aprofundamento da integração regional do MERCOSUL – além da paz e da consolidação de sistemas até então democráticos, o bloco fortaleceu vínculos culturais e buscou promover uma identidade comum entre os Estados. Esse processo se constitui em uma ferramenta estratégica para lograrem-se estabilidade política, crescimento econômico e justiça social na região – bem como uma identidade e um papel protagônico no sistema internacional (DUHALDE, 2005).

Chanceler do governo de Néstor entre os anos de 2003 e 2005, Rafael Bielsa afirmava que o MERCOSUL, com suas perspectivas de aprofundamento e aperfeiçoamento, constituía um dos pilares centrais da política externa argentina do período. A integração regional seria um processo irreversível, o qual requereria ações imediatas e fundamentais para se afirmar. O fortalecimento das agências dentro do bloco, a aplicação de suas normas e o aprimoramento dos mecanismos de resolução de controvérsias comerciais, ao consolidar o processo de integração, dariam também maior credibilidade ao MERCOSUL frente a países terceiros, facilitando assim suas negociações (BIELSA, 2004). Para a Argentina, o MERCOSUL foi um eixo de articulação das negociações internacionais com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e com outras áreas comerciais (SIMONOFF, 2009).

A ascensão quase paralela de Néstor e Lula às presidências respectivamente da Argentina e do Brasil no ano de 2003 levou a um “relançamento” do MERCOSUL, por meio de duas dimensões: pelas propostas de aprofundamento de sua agenda do bloco e pela ampliação do bloco a outros países – essa extensão incluiria os demais Estados do subcontinente como membros associados e articularia o MERCOSUL como um projeto mais amplo para toda a América do Sul. Os novos presidentes estavam igualmente comprometidos a adotar medidas de desenvolvimento nacional desatadas dos princípios neoliberais vigentes durante a década anterior – em relação ao MERCOSUL, propunha-se trabalhar para que se superassem os déficits sociais e de produção, responsáveis em certa medida pelas crises vividas (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009).

Já logo após sua posse em janeiro de 2003, Lula recebeu em Brasília o então presidente argentino Eduardo Duhalde, com quem discutiu diversos temas de interesse bilateral – em tal encontro, estabeleceu-se uma série de princípios, muitos dos quais relacionados ao MERCOSUL. Meses depois, em junho do mesmo ano, o presidente brasileiro recebeu o recém empossado Néstor Kirchner, com quem debateu medidas mais concretas a respeito do assunto. O resultado desse encontro se materializou no chamado “Documento de Brasília”, que reiterava a aliança estratégica entre os dois países, sendo ela fundamental para a continuidade do processo de integração. Reformas em âmbito comercial e institucional, melhoramento de infraestrutura da região, entre outros pontos foram incluídos nesse debate – a convergência de valores por parte dos novos líderes foi exaltada nesse momento e a intenção futura era por meio do MERCOSUL aliar crescimento, justiça social e dignidade de seus cidadãos (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009).

A integração no subcontinente sul-americano foi de vital importância para a Argentina, sendo ela impulsionadora de seu desenvolvimento. No entanto, ao contrário dos países da União Europeia (UE) – experiência de integração regional bem-sucedida e modelo para todos os demais processos –, os membros do MERCOSUL enfrentavam concomitantemente uma série de desafios, tais como avançar em seu desenvolvimento nacional, inserir-se no cenário internacional e responder a profundas assimetrias dentro do próprio bloco. Tendo isso em vista, o MERCOSUL se caracteriza por um processo de integração na verdade sem precedentes, sendo bastante diferente daqueles observados na Europa ou sudeste da Ásia. Os países sul-americanos ainda não haviam se consolidado em questões de coesão social, tendo profundas assimetrias entre si mesmos e se encontrando vulneráveis em relação ao restante do planeta no contexto centro-periferia. Dada tal complexidade, o MERCOSUL não se reduziria apenas a fixar normas e estabelecer políticas

públicas em âmbito comunitário – o processo de integração do Cone Sul era condicionado pelas decisões de cada país membro em construir seu próprio desenvolvimento, inserir-se no mundo e na tentativa de diminuir-se as assimetrias (FERRER, 2007).

Em entrevista concedida ao periódico argentino *Escenarios Internacionales* em maio de 2007, o então chanceler Jorge Taiana declarou que um dos eixos principais da política externa do governo de Néstor Kirchner seria consolidar a integração regional, principalmente através do MERCOSUL – além do aprofundamento das relações com seu principal sócio no subcontinente, o Brasil. Em relação ao MERCOSUL, se trabalhava pelo fortalecimento e aprimoramento do bloco, garantindo a ele a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, além de uma política comercial regional consolidada e a coordenação de política macroeconômicas e setoriais. Seria essencial a harmonização de normas do bloco e a implementação de convenções de mútuo reconhecimento entre os membros. Entre os avanços do MERCOSUL no período, podem-se citar a criação do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), as relações cada vez mais frequentes entre governantes e intendentess, a cooperação e coordenação em áreas tais como educação, cultura, saúde e segurança (TAIANA, 2007).

O “Protocolo de Olivos” entrou em vigor a partir de 2004, criando o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), no objetivo de solucionar controvérsias. Tal mecanismo – aprovado pela Argentina apenas sete meses após sua assinatura – trouxe maior segurança jurídica ao intercâmbio de bens e serviços, elevando a confiança de investidores e de todo o setor privado. Ademais, pode-se citar como outro avanço institucional a criação de um setor de assessoria técnica na Secretaria do MERCOSUL – essa reformulação introduziu um corpo técnico permanente na secretaria, convocado a trabalhar conjuntamente pelos interesses dos países membros. A Comissão de Representantes Permanentes (CRPM) também foi uma evolução, na medida em que essa passou a prestar auxílio ao Conselho do Mercado Comum (CMC) e à Presidência, lhes apresentando iniciativas e assegurando as relações econômicas, sociais e parlamentares do bloco – a CRPM conta também com representante oficial capaz de negociar com terceiros (BIELSA, 2004).

Além disso, a Argentina também defendia na época a ideia de que um dos grandes problemas que o MERCOSUL enfrentava seria a demora na incorporação jurídica interna das normas do bloco pelos Estados membros – a demora deste processo não apenas contribuiria para a manutenção das assimetrias, como também geraria incertezas, afetando negativamente as operações comerciais e perspectivas dos investidores. Propunha-se, portanto, a implementação de

um possível procedimento que permitisse a aplicação direta das deliberações do MERCOSUL sem necessidade de ratificação por parte dos parlamentos nacionais (BIELSA, 2004). Em virtude de a quase totalidade dos países da região terem sistemas de governo sob a forma de repúblicas presidencialistas, é possível compreender o fato de significativa parte desses países enfrentarem tensão entre as figuras de seus chefes de Estado/governo e respectivos parlamentos – o que poderia influenciar no sucesso ou não de políticas de transformações estruturais propostas. O aparato burocrático dos países latino-americanos muitas vezes poderia prejudicar ou dificultar ações mais concretas (BRIEGER, 2010).

A Argentina também contribuiu para a criação de um Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), órgão público de representatividade democrática que aproximasse as sociedades dos Estados membros ao processo de integração. Este parlamento seria ressonância das inquietações sociais e as suas assembleias trariam maior legitimidade e transparência para as decisões tomadas no bloco. Sediado em Montevidéu (Uruguai), o PARLASUL teve sua primeira assembleia no dia 7 de maio de 2007, tendo sido marco de amadurecimento institucional do processo de integração (BIELSA, 2004).

É necessário dizer que a importância do avanço e aprofundamento da estrutura institucional do MERCOSUL não se referiria a criar grandes burocracias, mas sim a agilizar os órgãos diretivos, tornando-os mais eficientes e profissionalizados. O MERCOSUL para a Argentina deveria contribuir para satisfazer as necessidades e aumentar as capacidades de negociação internacional de seus membros, dando-lhes assim maior poder e autonomia. Para Bielsa, o MERCOSUL não deveria limitar-se apenas a um bloco comercial, mas sim deveria conceber um espaço econômico, político e cultural unificado, o qual contribuísse para o desenvolvimento de sociedades integradas e modernas. Sendo tais efeitos sentidos pelas pessoas, o MERCOSUL adquiriria um valor sociocultural e geraria uma cidadania comum (BIELSA, 2004).

O início do processo de aprofundamento do MERCOSUL se iniciou com sua cúpula de 2003, ocorrida em Assunção, na qual foi aprovada o “Programa para a Consolidação da União Aduaneira e o Lançamento do Mercado Comum, Agenda 2006”. Tal documento continha quatro eixos, indo além dos pontos previstos no Tratado de Assunção – sendo eles: i) um programa político, social e cultural; ii) um programa para a União Aduaneira; iii) um programa de base pró mercado comum; e iv) um programa para a nova integração. Em outubro de 2003, é assinado na capital argentina o “Consenso de Buenos Aires”, com o qual os presidentes Néstor e Lula

comprometiam-se a incrementar acordos de cooperação política, consolidar a união aduaneira e o mercado comum, fortalecer a coordenação das negociações internacionais, promover a cooperação para a garantia de um espaço de segurança comum e a vigilância de delitos cometidos na região (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009).

Em dezembro de 2003, o Conselho do Mercado Comum (CMC) passou a aplicar o chamado “Programa de Trabalho 2004-2006”, ou simplesmente “PT 2004-2006”. Esse programa abriu espaço para uma maior liberalização de intercâmbio comercial e para o desenvolvimento de uma nova agenda integracionista. Era um princípio de criação de um modelo de integração social e produtivo; além disso, mecanismos que minimizassem as assimetrias foram exigidos pelo Paraguai. Na primeira parte do documento do “PT 2004-2006”, constavam os meios para aperfeiçoarem-se a zona de livre-comércio e a união aduaneira – entre eles, a eliminação da dupla cobrança de tarifa externa comum, por exemplo. Outras sugestões foram de integração produtiva, progressiva redução dos incentivos que originassem distorções na alocação de recursos e condições de competitividade, melhoria da competitividade dos membros menores e das regiões menos desenvolvidas, assim como o aperfeiçoamento das negociações externas conjuntas. Em sua segunda parte, incentivavam-se a participação da sociedade civil na integração, a visibilidade da dimensão cultural do bloco o estabelecimento de ações favoráveis à livre circulação de pessoas. Já a terceira parte do programa propunha a criação do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), a regulamentação do “Protocolo de Olivos” para resolução de controvérsias, a conversão da Secretaria do MERCOSUL em Secretaria Técnica e a implementação de um mecanismo que fizessem as deliberações do MERCOSUL serem adotadas de modo mais simples pelos países membros (sem a necessidade de aprovação dos parlamentos nacionais). Por fim, no todo o “PT 2004-2006” também encorajava a cooperação científica e tecnológica, bem como a integração física e energética (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009).

O MERCOSUL é um claro exemplo de política de Estado exitosa. Entre os avanços, pode-se citar também a Decisão CMC 54/04, relativa à livre circulação e eliminação da cobrança da dupla tarifa externa comum, por meio da negociação referente ao Código Aduaneiro do MERCOSUL. Soma-se a isso o início das operações do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) em janeiro de 2007, órgão destinado a diminuir as assimetrias e tendo papel importante na futura incorporação da Venezuela como membro pleno do bloco. As assimetrias foram colocadas no centro das atividades de agenda do MERCOSUL, na tentativa de

corrigir falências do processo e garantir os benefícios da integração para todos os sócios – inclusive os de menor influência (TAIANA, 2007).

A questão das assimetrias entre os Estados membros do MERCOSUL teve um ponto de inflexão em 2003 com a decisão nº 45/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), a qual resultou na criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), mecanismo solidário de financiamento próprio do bloco. Posteriormente, a decisão nº 45/04 instituiria os objetivos do FOCEM de apoiar programas para promoção de convergência estrutural, desenvolver a competitividade e a coesão social (em especial, das economias menos desenvolvidas do bloco), apoiar o funcionamento da estrutura institucional e fortalecer a integração. No FOCEM, a Argentina contribuiria com cerca de 27% dos recursos, sendo o segundo maior fornecedor de financiamento do fundo (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009).

2.2.2 Pontos de controvérsia no âmbito do MERCOSUL

O processo de integração do MERCOSUL na primeira década dos anos 2000 também experimentou contingências, em função das estruturas dos países membros e distintas conjunturas. As divergências se deram pelas assimetrias de desenvolvimento não somente de país para país, como também entre regiões – além das fronteiras nacionais (TORRES, 2007). Em relação à necessidade de se diminuírem as assimetrias intra-bloco, Néstor afirmou durante a Cúpula do MERCOSUL de Ouro Preto, em 2004:

El Mercosur es nuestro bloque de pertenencia regional, pero los beneficios no pueden tener una sola dirección. El Mercosur tiene que constituirse también en un bloque de asistencia recíproca para el desarrollo equilibrado y el mejor desempeño de nuestros sectores productivos, sin ignorar las asimetrías existentes ni perjudicar a los sectores internos de nuestros países, pues ello afectaría a la propia Integración. Como se advierte en lo que apuntamos, se trata de los problemas lógicos de la profundización de nuestra alianza regional. Todo indica que una vez que solucionemos los actuales temas y avancemos en la dirección correcta hacia mayores grados de integración, aparecerán nuevos problemas que deberemos también solucionar. Lo importante es que podamos hablar de estos temas y no demoremos en avanzar hacia los objetivos comunes, generando mecanismos que atenúen las asimetrías y favorezcan una relación equilibrada entre los miembros del bloque (KIRCHNER, 2004).

Pode-se citar a reação do empresariado argentino frente às importações brasileiras da época – o governo argentino exigiu aplicação de salvaguardas que amparassem seus setores produtivo e industrial. No ano de 2004, a Argentina aplicaria barreiras unilaterais à entrada de produtos têxteis brasileiros; posteriormente, tal prática se estendeu aos ramos de geladeiras, cozinhas, lavadoras, televisores e calçados. Após isso, o Brasil adotaria a aplicação da Cláusula de Adaptação Competitiva, o que por alguns se interpretou como protecionismo. Tal feito poderia prejudicar economicamente de modo profundo em especial os sócios menores do MERCOSUL (Uruguai e Paraguai) – se, por outro lado, um desses dois países adotasse medida semelhante, Argentina e Brasil não sofreriam grande impacto (TORRES, 2007).

Outro ponto que poderia acarretar certa tensão era a pauta intercâmbio comercial entre a Argentina e os demais países, em especial o Brasil. Havia a preocupação de a Argentina se focar apenas nas exportações de matérias-primas, havendo sua especialização somente no setor primário. Isso levou o setor produtivo argentino a tomar medidas protetoras e negociar a respeito do tema. Em novembro de 2005 – vinte anos após os acordos entre Alfonsín e Sarney, e a gênese do que viria a ser o MERCOSUL –, Néstor ressaltou a necessidade de equilíbrio do intercâmbio comercial entre os países do bloco (TORRES, 2007).

Apesar de o MERCOSUL ter sido considerado eixo central de projeção da Argentina na região, foi preocupante o pouco interesse dos demais países membros em estabelecer mais e melhores mecanismos de institucionalização e coordenação política no bloco (SIMONOFF, 2009). Um ponto complicador da maior abrangência do MERCOSUL na América do Sul se deu em função também de inclinações políticas pró-Estados Unidos de alguns países da região. Assinalam-se aqui os casos da Colômbia, do Peru e do Chile – esses países no momento preferiam definir relações pragmáticas mais próximas a Washington em sua inserção internacional, dando menor relevância às alianças sul-americanas (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009). Por fim, pode-se afirmar que as divergências em relação ao Brasil fizeram com que a Argentina muito se aproximasse da Venezuela – tal “deslizamento” em direção à Caracas também foi característica da administração de Néstor (SIMONOFF, 2009).

2.2.3 Os processos de adesão da Venezuela e da Bolívia ao MERCOSUL

No ano de 2004, praticamente todos os países da América do Sul já haviam se convertido em membros associados do MERCOSUL – com exceção da Guiana e do Suriname. No entanto, não há dúvida de que o início do processo de adesão da Venezuela como membro pleno do bloco foi o mais significativo. Tal procedimento teve seu princípio ao final de 2005, quando em outubro o então presidente venezuelano Hugo Chávez o aclamou publicamente. As negociações evoluíram a partir de dezembro, na Cúpula presidencial do MERCOSUL 2005 – a partir daí os termos legais e suas condições passaram a ser postos em pauta. Cerca de sete meses depois, os avanços desse processo levaram a uma reunião em Caracas, na qual todos os presidentes dos países membros do MERCOSUL admitiam a entrada da Venezuela como membro pleno no bloco – tal entrada, contudo, apenas seria oficializada em 2012, com a crise democrática e suspensão momentânea do Paraguai (o qual ainda não havia ratificado o processo até o momento) (VÁZQUEZ; RUIZ, 2009).

A incorporação da Venezuela ao MERCOSUL deu início à paulatina expansão do projeto regional a escala subcontinental. Segundo o chanceler Taiana, a Venezuela proviria de uma distinta experiência de integração, a qual certamente enriqueceria o MERCOSUL sob novos pontos de vista, ajudando o bloco a superar suas assimetrias internas, assim como desenvolvendo necessárias políticas energéticas. Em 4 de julho de 2006, foi assinado em Caracas, capital venezuelana, o “Protocolo de Adesão da Venezuela”, acordo que a Argentina prontamente ratificou (o processo de entrada plena ao bloco demoraria anos para ser efetivado, em virtude não ratificação por parte do Paraguai) (TAIANA, 2007). Durante esta visita oficial à Venezuela, Néstor exaltou em discurso:

Quiero aprovechar tan grata ocasión para transmitirles, en nombre del pueblo y Gobierno argentinos, un saludo fraterno y el testimonio de los resultados de una relación bilateral que se fortalece día a día y que nos llena de orgullo por su impacto concreto en el bienestar de nuestros compatriotas. [...] Este valioso intercambio bilateral, la mutua amistad que nos caracteriza se potencia al desenvolvimiento en el marco de la integración latinoamericana. El proyecto de integración energética, que busca abastecer a la región en su camino de industrialización, tiene en Venezuela uno de sus puntales. Éste y otros proyectos igualmente estratégicos, como los relativos a la infraestructura vial, recogen el viejo apotegma de resolver con recursos propios las necesidades propias y esto es válido en todos los campos. Esta vocación integracionista de nuestros países, se ve plasmada con fuerza en la incorporación en el día de ayer, como miembro pleno del MERCOSUR, de la República Bolivariana de Venezuela. Sueño compartido con los presidentes del MERCOSUR, con el presidente Lula y con el presidente Chávez, de lograr esta incorporación que ayer se logró y que nosotros

consideramos que es un verdadero punto de inflexión y que genera una consolidación de la región que nos permite visualizar que cada vez es más cierto que la Patria grande y la integración latinoamericana es absolutamente posible. Para nosotros resulta un honor que esta circunstancia se produzca bajo la presidencia pro tempore que me toca ejercer en el MERCOSUR en forma transitoria y coyuntural. Pero les quiero decir, hermanas y hermanos venezolanos, que va a ser algo que llevaré grabado en la historia de mi vida que durante mi gestión como presidente pro tempore del MERCOSUR, pudimos lograr la integración de Venezuela al mismo. Creo que son pasos trascendentes y yo siempre digo que de la tarea de la función pública, uno lo que se lleva son este tipo de resultados que son los más importantes porque van marcando la historia (KIRCHNER, 2006).

Com a ampliação do bloco por meio da inclusão venezuelana, o MERCOSUL passaria a representar cerca de 75% do Produto Interno Bruto (PIB) sul-americano, tornando assim mais forte a defesa dos interesses regionais nas negociações comerciais externas. O processo de adesão da Bolívia ao MERCOSUL também foi iniciado durante o governo de Néstor – com sua futura efetivação como membro pleno, o bloco contaria com a presença das duas grandes potências energéticas regionais (TAIANA, 2007).

Néstor aceitou a incorporação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL de modo bastante favorável; o mesmo não passaria, entretanto, em relação à incorporação boliviana. A adesão do país seria mais complexa pelo fato de Bolívia não ter interesse em renunciar à Comunidade Andina de Nações (CAN). Posteriormente, a Argentina solicitou que se preservasse a tarifa comum e a negociação conjunta de quaisquer acordos comerciais; portanto, se instituiu uma comissão para estudar o assunto. O fato é que ambos os países – Venezuela e Bolívia – seriam interessantes sócios para a Argentina no processo de integração do MERCOSUL, não somente por seus potenciais energéticos (de petróleo e gás natural, respectivamente), como também para fazerem um contrapeso em relação à forte influência do Brasil no bloco (SIMONOFF, 2009).

O processo de incorporação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL salienta também algumas limitações institucionais do bloco no momento. Anteriormente à solicitação venezuelana de entrada, não havia normativa no artigo 20 do Tratado de Assunção que discorresse a respeito dos procedimentos a serem seguidos no caso da entrada de novos países ao processo de integração. Com o início do processo de entrada da Venezuela, começa-se então a regulamentar o tema – embora com dificuldades (VÁZQUEZ & RUIZ, 2009).

2.2.4 A criação da CASA e as desconfianças argentinas

No ano de 2004, no contexto da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o MERCOSUL assinou convênios comerciais com a Comunidade Andina de Nações (CAN). Inicialmente, foi firmado um Acordo de Complementação Econômica (ACE), o qual tinha o propósito de formar uma área de livre comércio entre ambos os blocos – em meados de 2003, já havia sido assinado um acordo apenas com o Peru. A partir de então, o processo de negociação se acelerou também com a Colômbia, com o Equador e com a Venezuela – em dezembro de 2003, a zona de livre-comércio já abrangia praticamente toda a América do Sul. Nesse contexto, surge a decisão entre os presidentes sul-americanos de se avançar a um nível superior da integração: em 8 de dezembro de 2004, em reunião no Peru, os governantes assinaram a “Declaração de Cuzco”, a qual anunciava a criação da então Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) – essa nova comunidade assimilava e unia os países do MERCOSUL e da CAN, assim como o Chile, a Guiana e o Suriname (DUHALDE, 2005).

Néstor não compareceu à Terceira Reunião de presidentes da América do Sul, na qual se assinou a “Declaração de Cuzco” e se formalizou a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). O argumento do presidente foram problemas de saúde, ainda que no princípio se tenha relacionado sua ausência ao fato do ex-presidente Eduardo Duhalde, então Secretário Permanente do MERCOSUL, ser entusiasta do evento. Outro fato apontado como possível razão para o não comparecimento de Néstor foi a falta de profundidade no conteúdo das propostas e a necessidade de superarem antes os problemas institucionais do MERCOSUL (SIMONOFF, 2009).

3 A INSERÇÃO REGIONAL ARGENTINA DURANTE O PRIMEIRO MANDADO DE CRISTINA KIRCHNER (2007-2011)

3.1 A eleição de Cristina e a continuidade do modelo kirchnerista de inserção internacional

Nascida na cidade de La Plata, capital da Província de Buenos Aires, Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015) graduou-se em Estudos de Advocacia pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Cristina iniciou sua militância política na *Frente de Agrupaciones Eva Perón* (FAEP), a qual posteriormente se fundiria com a *Federación Universitaria por la Revolución Nacional* (FURN) e resultaria no movimento *Juventud Universitaria Peronista* (JUP) de sua universidade. Cristina militou na JUP ao lado de Néstor e, após o golpe de 1976, retornou com o marido para sua cidade natal, Río Gallegos (província austral de Santa Cruz). Após a redemocratização e seu regresso ao Partido Justicialista (PJ), Cristina foi eleita em 1989 deputada provincial de Santa Cruz, tendo sido reeleita por duas vezes, em 1993 e 1995. Na Câmara Baixa da província, ocupou o cargo de presidente da *Comisión de Asuntos Constitucionales, Poderes e Reglamentos* e em 1990 foi eleita vice-presidente 1ª do corpo legislativo. No ano de 1994, foi eleita representante de Santa Cruz na Convenção Nacional Constituinte de Santa Fé. Um ano depois, em 1994, tornou-se senadora pela mesma província – contudo, renunciou ao cargo no Senado Nacional em 1997 para concorrer e ser eleita como deputada nacional. Em 1998, foi Convencional Provincial Constituinte em Santa Cruz. No ano de 2001, retornou ao Senado pela mesma província. Entre setembro e dezembro de 1999, Cristina ocupou a presidência da *Comisión Bicameral Especial de Seguimiento de los Atentados a la Embajada de Israel y al Edificio de la AMIA* e no ano de 2000 foi segunda vice-presidente da *Comisión Especial Investigadora* sobre feitos ilícitos relacionados a lavagem de dinheiro na Câmara de Deputados (CFK ARGENTINA, 2013).

No período em que foi Primeira-Dama da República Argentina, Cristina Kirchner foi representante de seu país em diversos foros internacionais – tais como a Cúpula de Governos Progressistas de Londres (2003), a reunião de dirigentes políticas e empresariais internacionais organizada pela *National Democratic Institute for International Affairs* de Boston (2004) e o encontro de partidos progressistas no Cone Sul em Montevideu (2005) – e visitou uma série de países, incluindo Espanha, França, Alemanha, China, Israel, México, entre outros. Nas eleições

legislativas de 23 de outubro de 2005, foi eleita senadora pela província de Buenos Aires, tendo sido durante seu mandato presidente *da Comisión de Asuntos Constitucionales* do Senado. Por fim, em 28 de outubro de 2007, Cristina Fernández de Kirchner se tornou a primeira mulher democraticamente eleita presidente da República Argentina – com 45,29% dos votos, Cristina venceu o primeiro turno das eleições presidenciais e substituiu seu marido no comando do país a partir do dia 10 de dezembro deste mesmo ano (CFK ARGENTINA, 2013).

Muitas expectativas foram levantadas ainda no período eleitoral da candidatura de Cristina à presidência – a esposa de Néstor Kirchner mostrava maior interesse pela política internacional e inserção de seu país nesse cenário do que seu marido. Para Cristina, política externa seria prioridade e a ideia seria encerrar relações conflituosas herdadas de governos anteriores e iniciar uma etapa mais proativa de inserção. Esse discurso, contudo, não implicaria uma reorganização de alianças ou um projeto mais amplo de diversificação (LLENDERROZAS, 2015). Herdeira da gestão exitosa de seu marido, Cristina ao assumir a Casa Rosada tinha a tarefa pendente de consolidar o modelo de desenvolvimento argentino iniciado por Néstor. Entre as metas do novo governo estavam impulsionar a geração de emprego, reforçar o processo de industrialização, atender as repercussões internacionais e nacionais dos credores os quais ainda não haviam feito parte das negociações da dívida e fortalecer uma inserção internacional mais autônoma e latino-americanista. Em comparação a Néstor, Cristina em sua campanha eleitoral defendia também uma maior institucionalidade democrática interna e um perfil mais internacionalista que seu antecessor (BUSSO, 2014).

O kirchnerismo sempre teve o objetivo de construir uma nova coalizão de poder para além das estruturas do Partido Justicialista (PJ), juntamente com dissidentes radicalistas e membros da esquerda peronista e não peronista. A política exterior exercida pela Argentina durante o governo de Cristina Kirchner se caracterizou pela típica corrente peronista, adaptada às oportunidades e aos desafios do século XXI. Cristina compartilhou condicionantes internos e externos de seus antecessores Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner, os quais moldaram a inserção internacional do país no período, por meio das preferências de seus atores políticos, econômicos e sociais. Se, por um lado, os governos de Duhalde e Néstor foram abalados e condicionados pela crise econômica argentina de 2001, pelas políticas do FMI e demais órgãos de financiamento e pela Guerra ao Terror, a mutação sistêmica ocorrida durante o mandato de Cristina foi a crise financeira internacional advinda dos Estados Unidos no ano de 2008. No contexto de crise econômica global,

a presidente Cristina viu uma boa oportunidade de nova crítica ao neoliberalismo do “Consenso de Washington”, inclusive em discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas (CORIGLIANO, 2011).

Além da integração regional, dois outros pontos foram fundamentais na política externa argentina durante o governo Cristina: primeiramente o de reinserir a Argentina no plano internacional e sair do isolamento; e o segundo de reequilibrar as relações da Argentina com polos emergentes de poder internacional, tais como a China, a Índia e a Rússia. Quanto ao primeiro ponto, pode-se afirmar que o objetivo de tirar a Argentina do isolamento foi uma política adotada nas agendas de política exterior de todos governos pós-transição democrática. Já em relação ao segundo ponto, as relações internacionais da Argentina passaram por transformações mais amplas. As estratégias de política internacional argentina de Cristina foram desenvolvidas de modo complementar à priorização da região – uma inserção diversificada e pragmática associou o foco no MERCOSUL e na UNASUL (e até mesmo na CELAC, em extensão maior da América Latina e Caribe), os eixos de alianças tradicionais com os Estados Unidos e com a Europa, além da vinculação às novas potências emergentes China, Índia e Rússia. A aproximação com os países emergentes se configurou pela busca de financiamento e investimentos, tendo em vista as alterações de estrutura no sistema internacional do século XXI – com a crise econômica internacional de 2008, há um declínio relativo do Ocidente, assim como o de seus modelos econômicos e organismos internacionais de sua influência (FMI, Banco Mundial, etc.) (LLENDERROZAS, 2015).

Entre os condicionantes que dificultaram, em certa medida, as ações do governo de Cristina Kirchner podem-se citar: o conflito interno com o setor agropecuário de 2008 (no qual houve paralisação e bloqueio de rotas internas argentinas frente a medidas do Ministro da Fazenda Martín Loustean em estabelecer um sistema móvel para retenções impositivas à soja, ao trigo e ao milho); as profundas mudanças entre as relações governo-sociedade e governo-meios de comunicação hegemônicos (aqui destaca-se a confrontação de entre Cristina e o Grupo Clarín); os impactos da crise financeira internacional de 2008; e o falecimento súbito do ex-presidente da República Argentina Néstor Kirchner, em 27 de outubro de 2010 (BUSSO, 2014).

O governo de Cristina concentrou por meses atenções ao conflito no campo. A política exterior nesse momento sofreu impacto: a presidente suspendeu sua viagem oficial à China, por não confiar nas possíveis medidas tomadas por seu vice-presidente Julio Cobos, o qual havia

votado a favor das reclamações das organizações empresariais do setor agropecuário. Essa controvérsia abalou os vínculos do governo argentino com os grandes produtores agrupados na *Sociedad Rural Argentina* e nas *Confederaciones Rurales Argentinas*, como também com os médios e pequenos produtores aliados na *Federación Agraria Argentina* (esses últimos haviam sido apoiadores da gestão de Néstor, em virtude das políticas governamentais em seu benefício). Tal conflito também abalou a opinião pública dos setores médios urbanos argentinos – além do costumeiro descontentamento frente a questões de segurança, inflação, etc. Contudo, sem dúvida o mais impactante da questão agropecuária foi o efeito catalisador do choque de Cristina com os meios de comunicação – especialmente o Grupo Clarín, o qual apresentava constantemente à sociedade e ao exterior uma Argentina de cenário caótico, autoritária, mal administrada e cada vez mais próxima da Venezuela e longe dos governos exitosos da região. O efeito político dessa difamação foi o triunfo da oposição nas eleições parlamentares de 2009 (BUSSO, 2014).

O contexto interno negativo foi, contudo, superado por Cristina em virtude de diversos fatores, sendo eles: a exitosa administração do país frente à crise financeira internacional de 2008, sua habilidade em conseguir aprovar projetos no Congresso antes da posse dos novos parlamentares, a dificuldade na união da oposição política e na formulação de novas propostas, entre outros. A morte inesperada do ex-presidente Néstor também gerou comoção social, tendo reflexo no apoio popular ao projeto kirchnerista. Tais fatos, aliados à resiliência do governo, levaram ao triunfo de Cristina Kirchner nas eleições de outubro de 2011 – Cristina se reelegeu com cerca de 54% dos votos, novamente pela coligação *Frente para la Victoria* (BUSSO, 2014).

Durante os últimos anos de vida, Néstor Kirchner ocupou um espaço privilegiado no governo de sua esposa – por alguns chamado até mesmo de “homem de poder” ou “primeiro ministro”, dado seu perfil de liderança política. Néstor participou de uma série de missões internacionais em nome da Argentina após sair da presidência, sendo a primeira delas a operação humanitária que libertou reféns políticos sequestrados pelas FARC. Essa ação, coordenada pela Venezuela, enviou o ex-presidente a diversos países da região e também Europa. Tendo sido eleito Secretário-Geral da UNASUL por unanimidade (com a ascensão de José Mujica anulando o anterior veto uruguaio), Néstor teve também papel singular na mediação do conflito entre Colômbia e Venezuela e na ação que evitou um golpe de Estado contra o presidente equatoriano Rafael Correa (SIMONOFF, 2012).

Em relação ao *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*, a continuidade de Jorge Taiana na chancelaria argentina até 2010 foi um aspecto importante. Com a mudança do cargo para Héctor Timerman em 2010, muito se pensou em um relaxamento de tensões externas e internas à chancelaria. Além das questões envolvendo a saída do ministro anterior, a ascensão de Timerman também foi interpretada como uma adaptação à eleição de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos e todas as expectativas do que isso poderia acarretar para a Argentina. Quanto à política direcionada à estrutura burocrática do ministério, Cristina seguiu a tendência de seu marido, não lhe cedendo grande autonomia frente à diplomacia presidencial (SIMONOFF, 2012).

A presidente compartilhava com o peronismo histórico virtudes em política social, mas também defeitos – tais como concentração de poder em suas mãos e de seus atores sociais aliados, a relativa importância dada à liberdade de imprensa e a independência dos poderes Legislativo e Judiciário frente ao executivo. Em virtude da diplomacia presidencial, Cristina (assim como havia feito Néstor) privou seus chanceleres e diplomatas de maiores margens de manobra, necessárias para uma atuação autônoma – tal atitude se retrata como uma tendência peronista. Junto a tal concentração de poder, Cristina também delegou funções internacionais importantes a atores públicos normalmente alheios à área de política externa, tais como ao Ministro da Planificação Julio de Vido, ao secretário de Comércio Guillermo Moreno e ao *piquetero* kirchnerista D’Elía. Tal diplomacia existiu de forma paralela à chancelaria de carreira: De Vido trabalhou em questões cruciais referentes à Venezuela, Moreno esteve envolvido com a agenda frente ao Brasil e suas controvérsias comerciais, e D’Elía manteve contatos com ex-funcionários iranianos acusados de cumplicidade no atentado à AMIA (CORIGLIANO, 2011).

Um tema de total relevância da agenda externa do governo Cristina esteve ligado a suas relações econômicas internacionais, em especial com referência à sua dívida e na tentativa de atrair investimentos estrangeiros e fomentar o comércio exterior do país. Os novos países destinatários de exportações argentinas seriam nesse momento a Rússia (carne bovina, queijo e açúcar), a Venezuela (extrato de malte, leite e carne bovina), o Canadá e a África do Sul. O Ministério da Fazenda argentino, juntamente com a *Fundación Exportar*, classificou os destinos das exportações argentinas em: consolidados maduros (sem muita margem de superação das exportações, tais como Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Japão); consolidados dinâmicos (com ainda oportunidade de expansão, tais como Brasil, Chile, Colômbia, México e China); emergentes (tais como Austrália, Rússia, Venezuela e Cuba) e potenciais (tais como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Índia,

Indonésia, Malásia e Vietnã). Os Acordos de Complementariedade Econômica assinados pela Argentina no âmbito do MERCOSUL foram muito importantes no aprofundamento dos laços com Peru, Colômbia, Chile e México, desconcentrando as exportações argentinas do mercado brasileiro (BUENO, 2016).

Além das políticas direcionadas aos mercados emergentes e potenciais, a Argentina deu especial atenção à região como destino principal de suas exportações durante o período de governo de Cristina Kirchner. Nas últimas três décadas até o governo de Cristina, a América Latina passou de representar o destino de 20% a 40% do total das exportações argentinas. Transformações não somente percentuais, mas também de composição e diversificação frente à região foram marcas desse período – apesar de os produtos primários sempre representarem a maior quantia (BUENO, 2016).

Além do comércio e da diversificação de mercados, o processo de renegociação e reestruturação da dívida prosseguiu sendo pauta importantíssima durante o mandato de Cristina. Apesar do sucesso relativo de Néstor no pagamento de parte da dívida externa em 2005, os detentores de títulos que não aceitaram os termos de negociação à época seguiram sendo um problema para a Argentina posteriormente. Pelo ano de 2008, o Ministério da Fazenda argentino dava conta de uma dívida de cerca de US\$ 5,5 bilhões com o Club de Paris – Cristina tinha o interesse de quitá-la aos moldes do pagamento de seu marido ao FMI, porém a crise financeira internacional paralisou quaisquer pretensões. A reativação desse processo se deu em 2010, com a forte legitimidade política lograda por Cristina nos comícios (BUENO, 2016).

Outros temas que tiveram destaque na política exterior argentina de Cristina foram a defesa da democracia, dos Direitos Humanos e da soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas. Em relação à crise democrática de Honduras de 2009, o país também teve papel destacado. A Argentina copatrocinou e apoiou o projeto de resolução A/63/L.74, em repúdio à deposição do presidente democraticamente eleito Manuel Zelaya – aprovado, tal projeto converteu-se na resolução 63/301 da Assembleia Geral das Nações Unidas em sua 63ª sessão ordinária. Além disso, atores não governamentais argentinos também trabalharam na missão internacional de profissionais independentes constituída em 2009 que tinha a intenção de verificar possíveis violações de Direitos Humanos durante e depois do golpe de Estado hondurenho, assim como apresentar observações à OEA, às Nações Unidas e à União Europeia – pode-se citar aqui o *Centro por la Justicia y el Derecho Internacional* (CEJIL) (CORIGLIANO, 2011).

Quanto às Malvinas, Cristina centrou a diplomacia econômica nos tópicos de pesca, comunicações e recursos petrolíferos e minerais. A Argentina manifestou repúdio à militarização do Atlântico Sul, levando o tema inclusive a debate nas reuniões dos processos de integração regional. Não havendo nenhuma grande reviravolta na política de defesa da soberania argentina sobre o arquipélago em relação ao governo anterior, Cristina reforçou a reclamação irrenunciável e indeclinável sobre as Ilhas Malvinas. A Argentina buscou apoio dos países americanos em sua causa, especialmente em foros e organismos regionais, tendo seguido a linha diplomática e do Direito Internacional – o princípio de autodeterminação dos povos, contudo, era evitado, considerando-se a identificação britânica da população residente nas ilhas (BUENO, 2016).

Com referência à agenda de atuação internacional argentina do governo Cristina, pôde-se perceber uma continuidade das diretrizes tomada durante o mandato de Néstor. Em relação aos Estados Unidos, por exemplo, se aprofundaram os distanciamentos relativos, iniciados na IV Cúpula das Américas de 2005. O primeiro ano da gestão Cristina coincidiu com o último de Bush filho, tendo havido dois fatores incentivadores do afastamento entre os dois países: o escândalo do “*valijagate*” (caso Antonini Wilson) e a própria crise financeira de 2008. A ascensão de Barack Obama à Casa Branca em janeiro de 2009 foi interpretada como uma oportunidade para a Buenos Aires reatar laços com Washington – havia a esperança de se renovar o diálogo com a potência e acessar novamente os créditos do FMI (CORIGLIANO, 2011).

A diplomacia presidencial portou-se moderadamente na reunião do G20 em abril de 2009 e na V Cúpula das Américas em maio do mesmo ano. Ainda assim, Cristina criticou políticas passadas norte-americanas frente à região, definindo a IV Cúpula de 2005 como ponto de inflexão no nascimento de uma política hemisférica mais equilibrada – a crise financeira dos Estados Unidos marcaria o início de uma nova ordem regional, baseada em cooperação e não subordinação. As expectativas quanto ao novo governo norte-americano de Obama foram bastante frustradas, na medida em que o país deu como prioridades na América Latina as relações com o Brasil, por exemplo – a Argentina não se configurou como foco de política externa dos Estados Unidos por mais uma vez (CORIGLIANO, 2011).

Outro aspecto da política externa da Argentina de Cristina foi o aprofundamento das relações com a China e com o Irã. Devido ao seu rápido crescimento econômico e enorme população, a China muito importou soja argentina neste período – a grande demanda chinesa por *commodities* foi um fator importantíssimo nos ganhos econômicos da Argentina durante a década.

No que se refere ao Irã, pode-se afirmar que a Argentina teve uma postura ambivalente, oscilando entre a condenação a Teerã em canais bilaterais e foros multilaterais e os contatos informais com o líder grevista kirchnerista Luis D'Elía (CORIGLIANO, 2011). A aproximação com o Irã – iniciada durante o governo de Néstor e aprofundada especialmente por Cristina – se converteu em um fator de suspeita para a comunidade judaica argentina. O chanceler Jorge Taiana se esforçou, contudo, para ressaltar que tal relação tinha uma iniciativa muito mais iraniana que argentina (BUENO, 2016).

Outro país com o qual a Argentina tentou estreitar relações durante a gestão de Cristina foi o México. Essa expectativa se fortaleceu com a ascensão de Felipe Calderón (2006-2012) à presidência mexicana e seu discurso latino-americanista – a visita de Cristina ao México durante sua campanha eleitoral de 2007 salientou tal objetivo de proximidade. Entretanto, o fato é que tais perspectivas não se concretizaram plenamente, muito em virtude da participação mexicana no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e, portanto, sua política mais direcionada aos Estados Unidos e ao Canadá. Além disso, é importante sublinhar que o kirchnerismo, frente ao tradicional dilema entre latino-americanismo e sul-americanismo, sempre optou pela segunda opção como estratégia primária de inserção. Nesse sentido, os pontos de convergência e apoio mútuo entre Argentina e México se relacionaram a pautas comuns a países emergentes e se deram modo *ad hoc* através dos mecanismos institucionais de diálogo: essas linhas se revelaram em temas tais como o reclamo argentino sobre soberania das Ilhas Malvinas, narcotráfico internacional, questões de segurança e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (BUENO, 2016).

3.2 A Política Externa de Cristina direcionada à América do Sul

Apesar de pontuais tensões com certos países vizinhos, a Argentina de Cristina Kirchner exerceu uma inserção regional de alto perfil. A orientação latino-americanista do kirchnerismo se sobressaiu durante a gestão de Cristina, reforçando seu caráter ideológico (LLENDERROZAS, 2015). Já em seu discurso de posse, Cristina referiu-se à integração latino-americana como um instrumento de transformação econômica e social dos povos da região – o processo de integração do MERCOSUL se configuraria em um espaço argentino no mundo (GRANATO; ALLENDE, 2013). Perante a Assembleia Legislativa da Argentina, Cristina afirmou:

Ayer, en el Salón Blanco de la Casa de Gobierno tuve la fotografía que creo que es la fotografía de nuestra historia, de nuestros orígenes, de nuestros intereses. Allí, el Presidente del Brasil que hoy nos acompaña, el Presidente de Ecuador, el Presidente de Paraguay, el Presidente de Bolivia, el Presidente de Venezuela junto a nuestro Presidente firmaban el Acta Fundacional de lo que espero sea un instrumento para la transformación económica y social de nuestros pueblos. Esta es nuestra Casa la América latina que también tiene nombre de mujer y que no significa que nos neguemos al mundo, el MERCOSUR, nuestro espacio al que esperamos que se incorpore a la brevedad Venezuela para cerrar la ecuación energética de América latina, porque alimentos y energía serán la clave de un futuro que ya está aquí en la puerta, que no es tan lejano (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007b).

Os processos de integração latino-americanos continuam uma visão de inserção externa de longo prazo e um perfil internacional bastante claro – sendo seu objetivo principal o desenvolvimento dos Estados membros (LLENDERROZAS, 2015).

Não há questionamentos referentes à constatação de que a América Latina se configurou na dimensão mais relevante e dinâmica da política exterior argentina durante o governo Cristina – seus eixos de atuação se deram pela defesa da democracia, pela resolução de conflitos intra-zona, pelo estímulo à integração e pela defesa de políticas ativas latino-americanas frente à crise financeira internacional de 2008 (BUSSO, 2014). Na extensão territorial latino-americana, o maior êxito de Cristina em relação à ação externa esteve vinculado mais especificamente à sub-região da América do Sul. Além de o MERCOSUL ter seguido a ser prioritário, a Argentina de Cristina teve um papel protagônico em toda a região além das fronteiras do bloco – pode-se citar, por exemplo, a importante participação de Néstor na liberação de reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) durante a Operação Emmanuel entre 2007 e 2008, o apoio à UNASUL frente ao massacre de Porvenir-Pando na Bolívia em 2008 e o papel da presidente Cristina perante o golpe de Estado em Honduras no ano de 2009 (LLENDERROZAS, 2015).

Entre as linhas de política externa defendidas por Cristina em relação à América do Sul, pode-se citar a manutenção das fortes relações bilaterais com o Brasil, a influente participação argentina nos organismos regionais de integração, a proteção dos recursos naturais, o combate ao narcotráfico internacional e a defesa da soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas. A interdependência entre a Argentina e Brasil acentuou-se no período, tanto em relação a questões econômico-comerciais, quanto a aspectos sociais e culturais – pode-se afirmar que essa relação bem-sucedida resultou na consolidação de um ambiente de respeito e confiança mútua entre os dois

países. A aliança argentino-brasileira era o pilar mais importante da governabilidade sul-americana, sendo essencial para a estabilidade política regional (CEPIK; PERGHER, 2012).

Outro ponto que se pode mencionar sobre a atuação regional da Argentina do período foi seu empenho, juntamente com o Brasil, em delinear políticas de proteção de recursos naturais, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Cristina entendia os recursos naturais como questões de importância estratégica para a integração sul-americana, e a defesa de tais recursos só seria possível por ações conjuntas dos países da UNASUL. Além disso, aponta-se também o combate ao narcotráfico e ao crime organizado internacional como pautas de segurança regional. Cristina ressaltou os problemas enfrentados pela América Latina referentes a tais temas, defendendo uma política latino-americana de combate ao crime e ao narcotráfico e indicando que os países da região sofreriam mais em relação a tais tópicos do que o centro desenvolvido (CEPIK; PERGHER, 2012).

3.2.1 O prosseguimento do MERCOSUL como bloco principal de política regional

Assim como Néstor, Cristina deu especial atenção à região sul-americana, bem como seus processos de integração. Apesar do receio inicial de que a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) se refletisse no projeto de crescente poder global com base sub-regional do Brasil, a Argentina posteriormente daria a devida importância à UNSAUL como arena de inserção, conjuntamente ao MERCOSUL (BUENO, 2016).

Para os Kirchner, o MERCOSUL era interpretado como o centro de suas negociações internacionais, sendo ele o aliado estratégico da Argentina. O principal propósito da Argentina referente à região nesse período seria a conquista de mercados, protegendo seus setores nacionais mais sensíveis e buscando consensos lineares à sua estratégia de reindustrialização. Desse modo, o MERCOSUL era foco da política exterior de Cristina – o bloco constituía o projeto político regional argentino que buscava adaptar o país ao contexto de globalização. A integração não poderia ser meramente econômica, mas devia abarcar os campos político, institucional e social (GRANATO; ALLENDE, 2013).

Para a Argentina, a relevância do MERCOSUL estava ligada às dificuldades enfrentadas da economia mundial, referentes às políticas implementadas pelos países mais desenvolvidos e às

negociações multilaterais estancadas com a OMC. Frente às incertezas no cenário comercial internacional, as classes dirigentes argentinas tinham a convicção de que não haveria possibilidade de uma inserção argentina global alheia à aliança estratégica com o Brasil. Embora existissem diferenças entre os dois países relacionadas à economia, ao comércio e à política (tanto a nível bilateral, quanto nas arenas do MERCOSUL), as posições de ambos costumavam coincidir nas necessidades de se preservar a relação nos tópicos mais estratégicos (MEZA-BERNAL, 2008).

Ponto negativo referente ao MERCOSUL no período foi a incapacidade de Cristina em reverter o certo estancamento do processo de integração econômico, referente às restrições tarifárias brasileiras à exportação de uma série de produtos argentinos. A assinatura da Ata Fundacional do Banco do Sul em dezembro de 2007 foi uma tentativa de modificar esse quadro; contudo, esta foi afetada pela crise financeira de 2008 (CORIGLIANO, 2011).

3.2.2 A UNASUL como nova arena de inserção no subcontinente

Fundada oficialmente no dia 23 de maio de 2008 durante cúpula de Chefes de Estado e de Governo em Brasília, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) teve suas diretrizes traçadas no “Tratado Constitutivo da UNASUL”. De iniciativa brasileira, essa organização intergovernamental refletia as ambições do governo Lula de influência sul-americana e projeção internacional através da liderança na América do Sul. Com sede em Quito (Equador), a UNASUL criou um espaço adicional para o diálogo e cooperação dentro de um sistema alternativo aos já vigentes processos de integração econômica da região. Até o ano de 2011, todos os doze países da América do Sul ratificaram sua participação na UNASUL, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (NOLTE; COMINI, 2016).

Após um período de dúvidas e desconfianças por parte da Argentina frente à postura do Brasil na configuração da nova organização, Cristina assinou o tratado constitutivo e inseriu seu país ao novo bloco. A Argentina aderiu ao projeto da UNASUL, apostando em sua flexibilidade institucional e modelo utilitarista – percebeu-se que a organização se refletia em uma oportunidade para o avanço argentino em certos objetivos ligados à agenda regional da Casa Rosada, a qual executaria uma liderança intelectual no bloco. Para Cristina, era importante que o âmbito da

UNASUL não fosse demasiadamente restritivo à política externa argentina; assim sendo, a flexibilidade, o gradualismo e a simplicidade da estrutura institucional da organização lhe foi atrativa (NOLTE; COMINI, 2016).

Apesar da criação da UNASUL como um projeto de integração mais abrangente territorialmente, o MERCOSUL (e a aliança bilateral com o Brasil) continuou a ser o eixo principal da estratégia de inserção regional argentina nos âmbitos econômico-comercial, político e social. A UNASUL, por outro lado, constituía um novo fórum de diálogo entre os países sul-americanos, tendo em seu escopo questões até então não tanto tratadas a nível regional – tais como as áreas de defesa, infraestrutura, saúde, ciência e tecnologia e finanças (NOLTE; COMINI, 2016).

O estabelecimento da UNASUL foi um passo importante na articulação sul-americana, em função de ter fortalecido um fórum político regional independente do multilateralismo continental da Organização dos Estados Americanos (OEA) – a organização sinalizou uma via para a síntese dos processos de integração já existentes no subcontinente (CEPIK; PERGHER, 2012). Após Néstor não ter comparecido em 2004 à reunião de Cuzco na qual se demonstrou o interesse na construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a Argentina recepcionou de modo positivo a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (BUENO, 2016).

Após o leve desinteresse frente à ideia de criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a Argentina teve papel central após o estabelecimento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), tendo sido Néstor Kirchner eleito por unanimidade como Secretário-Geral da organização – o ex-presidente argentino teria um mandato de dois anos, mas em virtude de seu falecimento esteve à frente da secretaria apenas por seis meses, entre 4 de maio e 27 de outubro do ano de 2010. Mesmo em um curto período, Néstor foi mediador de conflitos entre Colômbia e Venezuela e também pôde demonstrar uma resposta da região em relação à crise institucional do Equador, por exemplo. O papel protagônico de Néstor no novo processo de integração regional inaugurado pela UNASUL reforçou a identificação latino-americanista da política externa Argentina kirchnerista, além de seu posicionamento mais sub-regional que global (LLENDERROZAS, 2015).

Com o cargo de Néstor Kirchner na Secretaria-Geral da UNASUL, a Argentina exerceu uma diplomacia de prestígio e liderança nos primeiros meses de existência da nova organização intergovernamental regional (BUENO, 2016). A escolha de um dos principais líderes político da Argentina para assumir a Secretaria-Geral da organização se configurou por uma tentativa de

superar-se a desconfiança do país para com o novo processo de integração sul-americano. No período em que foi Secretário-Geral, Néstor demonstrou ser um poderoso articulador político, tendo mediado uma série de controvérsias. Após a morte de Néstor, a Secretaria-Geral da UNASUL foi assumida conjuntamente pela ex-chanceler colombiana María Emma Mejía e pelo ex-Ministro de Energia Elétrica venezuelano Alí Rodríguez Araque (CEPIK; PERGHER, 2012).

Por fim, pode-se afirmar que a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – e também a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) a nível maior de extensão territorial – foi instituída em um contexto de relativa autonomia e crescentes indicadores econômicos regionais (a UNASUL foi fundada em 2008, e a CELAC em 2010). Na conjuntura econômico-política da época, os governos latino-americanos dispuseram de recursos materiais para concretizar tais propostas (LLENDERROZAS, 2015).

3.2.3 A aliança com o Brasil e suas desconfianças

Os governos kirchneristas priorizaram em sua política externa o aprofundamento do MERCOSUL e a consolidação das relações estratégicas com o Brasil. No período analisado, o relacionamento entre Buenos Aires e Brasília se deu tanto por cooperação a nível político, quanto por controvérsias comerciais no campo econômico. No âmbito político, os dois países cooperaram amplamente, consultando-se um ao outro de forma constante e coordenando posições nos foros de negociação internacional. Já no âmbito econômico, a Argentina muito criticou o Brasil em virtude suas restrições para-tarifárias, as quais afetavam a entrada de produtos argentinos no mercado vizinho. As subvenções no financiamento das exportações e as políticas fiscais e de promoção de investimentos também desequilibraram esse contexto. Perante a omissão brasileira em relação às suas queixas, aliada ao superávit comercial fortemente em benefício do Brasil, a Argentina passou a exercer uma política comercial mais defensiva (DE LA BALZE, 2010).

Os assuntos de abrangência regional estiveram pautados principalmente pelo eixo Buenos Aires-Brasília – em tal agenda, existiram diversas problemáticas envolvendo déficit comercial, questões energéticas, entre outros pontos. Quanto à questão comercial, Cristina buscava atingir um equilíbrio razoável na balança comercial, através de uma maior integração e elevação no grau de complementariedade industrial – fundamentalmente no setor automotivo, responsável por quase

50% do déficit em 2008. Ainda assim, embora as controvérsias comerciais tenham se estendido, o aprofundamento da integração regional não foi prejudicado (SIMONOFF, 2011).

Em viagem oficial a Buenos Aires em fevereiro de 2008, Lula assinou com Cristina acordos referentes a cooperação nuclear, a satélites, a nanotecnologia, à construção de uma central hidrelétrica no Rio Uruguai e a um programa de utilização binacional de energias renováveis. Meses depois, no mês de agosto de 2008, Lula regressou ao país, juntamente com uma delegação composta da quase metade de seu gabinete e mais trezentos empresários brasileiros – mesmo havendo controvérsias entre os países, era nítida a relevância das relações bilaterais dadas pelas duas partes. Em 2008, durante reunião em San Miguel de Tucumán (Argentina), tratou-se da criação de um Código Aduaneiro Comum, do repúdio à política imigratória da Europa à época e da isenção ao uso de passaporte para cidadãos do MERCOSUL que viajassem ao Equador, ao Peru e à Colômbia (SIMONOFF, 2011). Em discurso durante essa reunião, Cristina declarou:

Creo que nos debemos un debate en serio y a fondo sobre estos temas, pero también quiero abordar el problema de cómo nos plantamos aquí en la región, en el MERCOSUR, en América Latina, en la América del Sur, frente a estos problemas. Yo creo, tal cual lo decía anoche en el brindis de bienvenida a todos ustedes, que la independencia y el crecimiento de nuestra región está fuertemente atado al proceso de integración. Si para nosotros la integración antes fue un desafío, ahora es una necesidad y es una necesidad de carácter estratégico, no solamente de crecimiento, sino de defensa de nuestros recursos naturales (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2008).

Durante a 39ª Cúpula do MERCOSUL, realizada em San Juan (Argentina) em agosto de 2010, chegou-se a um acordo quanto ao Código Aduaneiro Comum, o qual eliminava a bitributação de produtos circulantes pelo bloco – essa cúpula afirmou a aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil (SIMONOFF, 2011). Em maio de 2009, a presidente Cristina Kirchner anunciou a compra de 20 aviões brasileiros da Embraer, no propósito de fortalecer a frota da estatal *Aerolíneas Argentinas* (DE LA BALZE, 2010).

Entretanto, durante o governo de Cristina, as relações com o Brasil também muito foram pautadas por certa desconfiança – via-se com receio a atuação brasileira na busca de empoderamento e maior influência na América do Sul. Ainda assim, Cristina seguiu atada ao Brasil, sendo este o país cujas relações seguiram sendo as mais importantes, complexas, extensas e permanentes para a Argentina. Entre algumas problemáticas que incidiram sobre as relações

bilaterais entre Argentina e Brasil, podem-se citar: a questão energética, referente à crise argentina nesse setor; as vendas de trigo argentino ao mercado vizinho e os condicionamentos brasileiros frente a tais exportações; e a negociação de um novo acordo referente ao setor automotivo (MEZA-BERNAL, 2008).

Quanto à questão energética, pode-se afirmar que a mesma muito esteve no centro das políticas regionais da Argentina durante o governo Cristina. Enquanto o Brasil tinha a promessa de uma das maiores reservas de petróleo do Atlântico do Sul (camada pré-sal), a Argentina vivia uma crise energética advinda não apenas da insuficiência de combustíveis líquidos, mas também de gás e de eletricidade. Sendo o Brasil o principal comprador do gás boliviano – e não se dispoñdo a ceder uma parcela deste ao mercado argentino –, Cristina voltou-se para a Venezuela como alternativa. Em relação às exportações argentinas de trigo, indica-se aqui a eliminação unilateral por parte do Brasil da tarifa externa comum (de 10%) para a importação de trigo proveniente dos membros do MERCOSUL. O Brasil acreditava que nesse momento a Argentina não teria quantidade suficiente de trigo que satisfizesse seu mercado interno. Já quanto ao setor automotivo, iniciaram-se negociações para concertar as novas condições do *Pacto Automotor Común* (PAC), vigente desde 2006. Nesse momento, o Brasil liberou o intercâmbio de automóveis o mais cedo possível, ao passo que a Argentina tinha o interesse de protelar tal medida, a fim de que houvesse tempo hábil de sua indústria automotiva alcançar um nível de competitividade similar ao brasileiro. O problema maior se relacionava ao ramo de peças de automóvel, no qual o Brasil tinha larga vantagem – a Argentina buscava um equilíbrio. O setor automotivo em 2008 se configurava em 50% do déficit comercial argentino em relação ao Brasil. Em 2007, o comércio bilateral alcançou cerca de US\$ 25 bilhões, com um déficit recorde argentino girando em torno dos US\$ 4,5 bilhões (MEZA-BERNAL, 2008).

A chancelaria argentina também percebeu a atuação brasileira no período de modo bastante crítico. Entre as contrariedades constatadas, estariam: o fato de o Brasil estar modificando seus critérios sobre a integração; a diferente hierarquia constitucional das normas jurídicas que se relacionavam com a institucionalidade do MERCOSUL; as desigualdades de produtividade entre os setores industriais dos dois países, impactando negativamente sobre a Argentina; e a convicção a respeito de que o Brasil estaria negociando individualmente acordos com a União Europeia (UE) às margens das negociações pelo MERCOSUL (MEZA-BERNAL, 2008).

Frente aos intentos do Brasil de se utilizar do MERCOSUL como instrumento estratégico de projeção de poder na arena internacional, Cristina procurou fortalecer os laços com a Venezuela e retomar os vínculos bilaterais com o México – inclusive com a sugestão que esse último integrasse o bloco. O objetivo kirchnerista seria de formar alianças regionais que balanceassem a influência brasileira na América Latina – o demasiado empoderamento do Brasil aprofundava as assimetrias regionais, sendo prejudicial para a posição relativa da Argentina (MEZA-BERNAL, 2008).

3.2.4 As demais relações bilaterais na região

A continuidade das conhecidas rivalidades com o Brasil (políticas e econômico-comerciais), em momento algum desgastaram as relações Buenos Aires-Brasília, embora tenham contribuído para a busca de novas alianças regionais por parte da Argentina. A Venezuela prosseguiu sendo uma alternativa a Cristina, tanto quanto a questões políticas quanto econômico-comerciais, diversificando o leque de fortes relações bilaterais no subcontinente. Muito se criticou a aproximação entre Buenos Aires e Caracas – até mesmo em virtude da retórica kirchnerista de crítica ao tradicional centro de poder mundial, Estados Unidos e Europa. No entanto, os presidentes Kirchner, ainda que tenham muito se associado a Hugo Chávez, buscaram também não demonstrar total comunidade de valores com o discurso bolivarianista (BUENO, 2016).

O estreitamento das relações com a Venezuela também esteve relacionado ao afastamento relativo para com os Estados Unidos – tal relação de aproximação Buenos Aires-Caracas já havia sido iniciada por Néstor, o qual havia encontrado em Chávez o único comprador de títulos da dívida argentina em calote, um líder interessado em investir no mercado de petróleo e lácteos argentino e que prestou auxílio na contensão do desembarque das guerrilhas colombianas das FARC em território argentino. A proximidade entre a Argentina e a Venezuela preocupou em certa medida os Estados Unidos, em função das relações de “amizade” da Venezuela com o Irã à época. Felizmente, a Argentina não seria enquadrada na agenda negativa norte-americana em virtude da cooperação em tópicos importantes para Washington, tais como narcotráfico, não proliferação de armas nucleares, combate ao terrorismo internacional e operações de manutenção da paz (CORIGLIANO, 2011).

Quanto aos vizinhos Chile e Uruguai, Cristina procurou melhorar as relações bilaterais frente a certos estranhamentos passados. Herdadas de governos anteriores, tais tensões foram provadas por restrições às exportações argentinas de gás em direção ao Chile e pelo conflito referente à instalação uruguaia de fábricas de celulose na banda oriental do Rio Uruguai (caso das *papeleras*). Em relação ao Chile, tentou-se uma reaproximação através da criação de uma Força Combinada argentino-chilena para participar em operações de *peacekeeping* da Organização das Nações Unidas; e do “Tratado de Maipú”, assinado em novembro de 2009 com a presidente chilena Michelle Bachelet em Santiago do Chile, o qual propunha um mecanismo de consulta permanente com o propósito de relançar as relações bilaterais por obras de conectividade fronteiriça, políticas migratórias e aduaneiras mais flexíveis, e pela cooperação nos âmbitos cultural, social, econômico e comercial. Em relação ao Uruguai, Cristina reuniu-se com o presidente uruguaio José Mujica em Colônia de Sacramento (Uruguai) em julho de 2010, ocasião na qual os líderes tentaram negociar e solucionar o conflito das *papeleras* (CORIGLIANO, 2011).

A política de estreitar relações com os Estados sul-americanos não se restringiu apenas aos governos de inclinação ideológica semelhante – Cristina também se esforçou em fortalecer laços com países mais neoliberais da região. Nesse sentido, pode-se citar as desculpas formais prestadas por Cristina ao Peru pela venda de armas ao Equador durante a Guerra de Cenepa (1995), em visita oficial ao presidente Alan García em Lima no mês de março de 2010. Além disso, é importante ressaltar as relações estáveis que conquistou Cristina em relação ao Chile governado pelo presidente de centro-direita Sebastián Piñera e à Colômbia governada pelo liberal Juan Manuel Santos (BUSSO, 2014).

Durante a 20ª Cúpula do Grupo do Rio, ocorrida em março de 2008 na cidade de Santo Domingo (República Dominicana), a presidente argentina se comprometeu positivamente em encarar o conflito entre o Equador e a Colômbia por invasões colombianas em território equatoriano após ataques a um acampamento das FARC. Além disso, em agosto de 2009, Cristina presidiu de forma exitosa uma reunião da UNASUL ocorrida na cidade de San Carlos de Bariloche (Argentina), na qual muito se debateu o acordo entre Colômbia e Estados Unidos para a instalação de sete bases militares norte-americanas em solo colombiano (BUSSO, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou avaliar a política de inserção internacional da Argentina direcionada à região da América do Sul, durante os governos peronistas de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner. Frente ao histórico de inserção externa argentino de atrelamento ao centro hegemônico de poder e indiferença ao seu subcontinente, percebeu-se a partir da ascensão dos Kirchner uma reorientação de caráter latino-americanista – e principalmente sul-americanista – nas relações internacionais da Argentina.

A partir do período de redemocratização política iniciado em 1983, a Argentina passou a ver com maior simpatia os processos de integração regional, visando aos seus ganhos econômico-comerciais frente a um mundo cada vez mais globalizado. Mesmo com a criação do MERCOSUL, a década de 1990 se caracterizou pelo profundo alinhamento da Argentina para com o centro de poder global, especialmente na posição de superpotência dos Estados Unidos. O menemismo dos anos 1990 adotou de forma completa os preceitos levantados pelo Consenso de Washington – o que gerou ganhos econômicos para o país, na virada do milênio resultou na maior crise econômica da história da Argentina.

Quando assume a presidência no ano de 2003, Néstor Kirchner se deparou com um país em crise econômica e política, tendo declarado a moratória de uma dívida externa pública de mais de US\$ 100 bilhões. Assim sendo, seria objetivo de Néstor reinserir a Argentina no cenário global, recuperando ao país sua credibilidade e enfrentando os danos sociais internos ocasionados pelas políticas neoliberais mal-sucedidas. Nesse sentido, Néstor interpretaria a integração regional e as alianças bilaterais com os países sul-americanos (em especial, com o Brasil) como vias de reinserção global e reerguimento.

Em sua ação política internacional na região, Néstor Kirchner defendia o aprofundamento institucional do MERCOSUL, dando ao processo de integração regional caracteres mais abrangentes do que apenas os econômico-comerciais – buscava-se uma maior preponderância de temas políticos, sociais, culturais e de cooperação em outras esferas. A aliança com seu principal sócio do bloco, o Brasil, foi aprofundada e bastante beneficiada com a ascensão de Lula à presidência – vinculados às alas de centro-esquerda em seus respectivos países, Néstor e Lula coincidiam em valores e compartilhavam de similares motivações de política internacional. Ainda assim, frente à uma posição mais preponderante do Brasil no subcontinente, Néstor também

defendia a tentativa de diminuir-se as assimetrias regionais – o que o aproximou dos demais países da região, em especial à Venezuela chavista.

Tendo tomado posse em 2007, Cristina Fernández de Kirchner prometia dar maior importância às questões de política internacional do que seu marido. Após Néstor ter se focado muito na política doméstica a fim de tirar a Argentina da crise, Cristina prometia trabalhar na reinserção argentina a nível internacional. Cristina, contudo, enfrentou condicionantes tanto internos quanto externos, que poderia dificultar seus objetivos. Internamente as crises envolvendo confrontação com o setor agropecuário e os meios de comunicação abalaram a opinião pública frente ao governo; externamente, a crise econômica internacional de 2008 poderia abalar fortemente o projeto de desenvolvimento kirchnerista. Felizmente, Cristina logrou superar tais adversidades, desenvolvendo parcerias com países também além das fronteiras regionais.

Quanto à região sul-americana, citam-se a continuidade do MERCOSUL como processo de integração prioritário para a política argentina e a criação da UNASUL, como projeto inicialmente visto com desconfiança. Cristina deu continuidade ao discurso referente ao MERCOSUL iniciado por seu marido – de aprofundar-se o bloco e trabalhar-se para diminuir as assimetrias e aumentar seus membros plenos. Quanto à UNASUL, a Argentina receava que essa nova organização se configurasse nos intentos do Brasil de se tornar uma potência regional, tendo influência sobre todos os países do subcontinente e mantendo (e até piorando) a posição de importância secundária da Argentina no subcontinente. O fato é que, com a eleição de Néstor como Secretário-Geral da UNASUL, a Argentina passou a considerar essa organização como mais um bloco de inserção regional, no qual poder-se-iam tratar de temas além dos quais englobados pelo MERCOSUL.

Deste modo, conclui-se que os governos kirchneristas introduziram uma nova visão sobre as relações internacionais da Argentina. Após quase dois séculos em que a Argentina “deu as costas” para seus vizinhos, a partir de 2003 o latino-americanismo e sul-americanismo tomariam conta das diretrizes de política externa do país. Por motivações internas e de oportunidade conjunturais, a Argentina kirchnerista exerceu política prioritária sobre a América do Sul, tendo sido o contexto regional da época totalmente influenciado por tal posicionamento.

REFERÊNCIAS

- BIELSA, Rafael. A política externa da Argentina no quadro da integração regional. **Diplomacia Estratégia Política (DEP)**, Brasília, n. 1, p. 5-21, out.-dez. 2004.
- BRIEGER, Pedro. La Política Exterior de la Era Kirchner. In: QUIROGA, Yesko; FRANÇA, Cassio (Org.). **Consenso progressista. Política exterior de los gobiernos del Cone Sur: convergencias y desafíos**. São Paulo: Fundación Friedrich Ebert, Red de Fundaciones Progresistas del Cone Sur, 2010. p. 35-62.
- BUENO, María del Pilar. Política Exterior Argentina: el renovado desafío de la autonomía. **Cadernos de Tempo Presente**, Aracaju, n. 24, p.3-37, jun.-jul, 2016.
- BUSSO, Anabella. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. **Estudios Internacionales**, Santiago de Chile, nº 177, p. 9-33, abr. 2014.
- CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2010.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012.
- CEPIK, Marco; PERGHER, Natasha. A Política de Integração Regional da Argentina na Era Kirchner, **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, p. 15-30, dez. 2011-mar. 2012.
- CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.
- CFK ARGENTINA. **Biografía de Cristina Fernández de Kirchner**. 2013. Disponível em: <<http://www.cfkargentina.com/biografia-de-cristina-fernandez-de-kirchner/>> Acesso em: 17 out. 2016.
- CORIGLIANO, Francisco. La política exterior del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: una típica política peronista del siglo XXI. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, Ano II, nº 1, p. 22-27, jun. 2011.
- CREUS, Nicolás. La política exterior del gobierno de Néstor Kirchner: dilemas y contradicciones a la hira de pensar el poder en clave internacional. In: **V Congreso de Relaciones Internacionales (Octava Jornada de Medio Oriente)**. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales, 2010.
- DE LA BALZE, Felipe. La política exterior de la reincorporación al primer mundo. In: Autores Vários. **Política exterior argentina. 1989-1999. Historia de un éxito**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998. p. 107-178.

DE LA BALZE, Felipe. La política exterior de los gobiernos Kirchner (2003-2009). **Estudios Internacionales**, Santiago de Chile, ano XLIII, n. 166, p. 121-139, mai.-ago. 2010.

DUHALDE, Eduardo. Perspectivas do MERCOSUL. **Diplomacia Estratégia Política (DEP)**, Brasília, n. 2, p. 5-29, jan.-mar. 2005.

EPSTEYN, Juan Claudio; JATOBÁ, Daniel. A Argentina nos primeiros cinco anos do século XXI: crise, transição e transformação. In: LIMA, Maria Regina Soares de.; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (Org.). **A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2007.

ESCUDE, Carlos. **Realismo Periferico: fundamentos para la nueva política exterior argentina**. Buenos Aires: Planeta, 1992.

FARIA, L. A. E.. **A Chave do Tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. v. 1. 200p.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. Realidade da Argentina e região. **Diplomacia Estratégia Política (DEP)**, Brasília, n. 6, p. 5-14, abr.-jun. 2007a.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. Discurso de posse proferido à Assembleia Legislativa argentina. Buenos Aires, Congreso de la Nación Argentina, 10 dez. 2007b.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. Discurso proferido no ato de abertura da XXXV Cúpula do MERCOSUL. San Miguel de Tucumán, 1º jul. 2008.

FERRER, Aldo. A recuperação da economia argentina. **Diplomacia Estratégia Política (DEP)**, Brasília, n. 7, p. 7-25, jul.-set. 2007.

GRANATO, Leonardo; ALLENDE, Rafael Alvariza. A política exterior dos governos kirchneristas (2003-2011): do modelo próprio ao MERCOSUL. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 135-157, jul-dez 2013.

MIRANDA, Roberto A.. **Política exterior argentina: idas y venidas entre 1999 y 2003**. Rosário: Ediciones PIA. 2003.

KIRCHNER, Néstor. Discurso de posse proferido à Assembleia Legislativa argentina. Buenos Aires, Congreso de la Nación Argentina, 25 mai. 2003.

KIRCHNER, Néstor. Discurso proferido durante a Cúpula do MERCOSUL de Ouro Preto. Ouro Preto, 17 dez. 2004.

KIRCHNER, Néstor. Discurso proferido durante a IV Cúpula das Américas. Mar del Plata, Auditório do Hotel Provincial, 4 nov. 2005.

KIRCHNER, Néstor. Discurso proferido em visita oficial à Venezuela. Caracas, Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, 6 jul. 2006.

LLENDERROZAS, Elsa. La política exterior de los gobiernos kirchneristas. In: Autores Vários. **La política en tempos de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 251-261.

LLENDERROZAS, Elsa. Elecciones presidenciales y política externa: hacia la complementariedad de espacios políticos no excluyentes. **Ciencias Sociales**, Buenos Aires, n. 89, p. 60-65, out. 2015.

MALAMUD, Carlos. **América Latina, Siglo XX: la búsqueda de la democracia**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

MEZA-BERNAL, Raúl. Argentina y Brasil em la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 154-178, jul.-dez. 2008.

NOLTE, Detlef; COMINI, Nicolás Matías. UNASUR: Regional Pluralism as a Strategic Outcome. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 545-565, mai.-ago. 2016.

PIRES, Marcos C. A nova ordem mundial e o Consenso de Washington: a introdução das políticas neoliberais na América Latina. In: MENDONÇA, M. G. & PIRES, M. C. (Org.). **Formação Econômica da América Latina**. São Paulo: LCTE, 2012. p. 371-400.

PUIG, Juan Carlos. La política exterior argentina: incongruencia epidérmica y coherencia estructural. In: Autores Vários. **América Latina: políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984, p. 24-90.

RAPOPORT, Mario. Argentina: economía y política internacional. Los procesos históricos. **Diplomacia, Estrategia & Política (DEP)**, Brasília, n. 10, p. 27-51, out-dez 2009.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brasil y Argentina: política externa para América Latina en tiempos recientes. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 45, p. 127-140, abr. 2007.

SILVA, Roberta R. M.. A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 13-37, 2009.

SIMONOFF, Alejandro. Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner. **CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política**, Monterrey, v. 5, n. 10, p. 71-68, ago.-dez. 2009.

SIMONOFF, Alejandro. Argentina: cuatro claves de la política exterior reciente (2001-2010). **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, Mérida, v. 6, n. 11, p. 71-102, jan.-jun. 2011.

SIMONOFF, Alejandro. **La estructura decisoria en materia de política exterior de la primera administración de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011)**. In: VII JORNADA DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA, La Plata, 2012.

TAIANA, Jorge. Objetivos e desafios da política exterior argentina. **Diplomacia Estratégia Política (DEP)**, Brasília, n. 4, p. 5-15, abr.-jun. 2006.

TAIANA, Jorge. Los Ejes de la Política Exterior Argentina. **Escenarios Internacionales**, mai. 2007. Entrevista concedida a Rodrigo Conde Garrido e Santiago Alles.

TORRES, Miguel A.. Mercosur y su lugar en la política exterior argentina. **Ciencia Política**, Bogotá, n. 3, p. 278-307, jan.-jun. 2007.

TORRES, Miguel. Las orientaciones de la política exterior del gobierno de Kirchner y sus continuidades y rupturas con el pasado. **Estudios Internacionales de la Complutense**, Madrid, v. 3, n. 2, p.89-117, 2010.

VÁZQUEZ, Mariana; RUIZ, José Briceño. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, dez. 2009.